



URNAS
INDICAM
DESEJO
POR
DIVERSIDADE
NA
POLÍTICA
BRASILEIRA

RESPOSTA AFIRMATIVA

A VOZ DA CIÊNCIA – Com experiência de décadas em pneumologia sanitária, a médica Margareth Dalcolmo, do Centro de Referência Hélio Fraga (Ensp/Fiocruz), é uma das vozes mais atuantes no controle da covid-19, desde 2020. Considerada a mulher do ano pelo jornal "O Globo", a pesquisadora é o destaque da próxima edição da Radis, em entrevista onde insiste que vacinar é um gesto de proteção coletiva e que é preciso vencer os equívocos cometidos pela inação e combater os movimentos antivacina. A entrevista já está disponível no site da Radis.

RADIS

edição 220 ■ janeiro 2021

CAPA: FELIPE PLAUSKA

- | | | | |
|----|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|----------------------------------------------------------------------------------|
| 3 | EDITORIAL
O Brasil não consegue respirar | 20 | III. Benny Briolly / Niterói (RJ)
- "Não podem nos interromper" |
| 4 | VOZ DO LEITOR | | RACISMO |
| 5 | SÚMULA | 22 | O legado de Durban |
| | SAÚDE MENTAL | 28 | A bala não erra o alvo |
| 10 | "Manicômios nunca mais" | | PESSOAS COM DEFICIÊNCIA |
| | CAPA ELEIÇÕES 2020 | 29 | Vitória da Inclusão |
| 12 | Votos de diversidade | 34 | SERVIÇO |
| 17 | I. Adriana, Louise e Lila -
Nossa cara / Fortaleza (CE) -
Três corpos negros,
uma "mandata" | | PÓS-TUDO |
| 19 | II. Professora Jacielma / Orocó
(PE) - O grito forte dos quilombos | 35 | A lama da impunidade |



O Brasil não consegue respirar

"Temos aqui um mundo de desordem, quem então está pronto para lhe devolver a ordem?"

Bertolt Brecht

2020 terminou. Mas as sequelas da pandemia persistem e permanecerão ainda por muito tempo, somadas aos problemas reais que continuam: Mais de mil brasileiros morrem por dia, em 2021; a dor das perdas para o vírus num curto período de tempo; muitos sonhos e histórias interrompidos e memórias de pessoas queridas que não voltarão mais; altas taxas de infectados em situações de extrema gravidade; falta de leitos, falta de ar; impactos na economia, aumento do desemprego e da desigualdade; medo e insegurança rondando grupos populacionais mais fragilizados, como os pretos, quilombolas, povos indígenas, mulheres e trabalhadores informais. O roteiro da pandemia se repete no novo ano.

Também é real que Manaus, a capital do estado considerado o pulmão do mundo, ficou sem ar. E não pelas queimadas, pela exploração consentida da madeira, pela mineração ou pelos desrespeitos e agressões ao meio ambiente, como vimos no passado muito recente. Faltou oxigênio e Manaus viu morrer asfixiado seu povo. Uma morte tão cruel como a de quem perde a vida no fogo. Uma morte prevista com 10 dias de antecedência, por profissionais que incansavelmente estão na linha de frente. Rodaram o mundo cenas de famílias e profissionais desesperados, implorando por oxigênio. Atitudes irresponsáveis, incompetência e descaso de governantes remetem à crueldade deliberada. Impossível acreditar que após visitar um estado que clama por oxigênio se ofereça kits de medicamentos, sabidamente ineficazes contra um vírus mortal e ainda desconhecido. Difícil acreditar que o cheiro da morte não tenha chegado ao Planalto Central, e que eclosões da pandemia ainda estejam sendo estimuladas por exemplos que negam o que a ciência recomenda (higiene das mãos, uso de máscaras e não aglomerações).

Chega de ignorância, negacionismo e maus exemplos! O Brasil não pode virar um filme de terror, com covas abertas à espera dos mortos. O Brasil não pode aceitar testemunhar seu povo morrendo, em casa ou no chão dos hospitais, por falta de leitos e de ar. Se há esperança do retorno à normalidade para os anos que virão, é porque ficou claro que a resposta para essas grandes questões passa pela ciência, pelo conhecimento, pela valorização

da saúde pública, pelo planejamento responsável e por vacinas. Até mesmo para quem dispõe de tratamentos em hospitais particulares, pagos com os impostos do povo, são as vacinas, com seringas e agulhas suficientes, que representam a esperança de vida.

A Política de Educação Especial – dadas a dimensão do cenário negacionista em que o país está mergulhado, e representam os riscos que correm os direitos da pessoa com deficiência nas escolas e a inserção e livre circulação de quem tem transtornos mentais. A proposta de criação de ambientes especializados de educação para estas pessoas ignora o papel fundamental da inclusão para juntar o “aprender participando” com o direito que todos os estudantes têm de frequentar a sala de aula comum juntos, sem nenhum tipo de discriminação. Escolas inclusivas reconhecem a diversidade, valorizam o convívio com as diferenças e a singularidade do outro e colaboram para transformar culturas, ao estimular transposições de seus próprios muros segregacionistas, que ignoram o direito de cada um ser como é.

O negacionismo que alimenta o retrocesso nefasto também avançou sobre a política de saúde mental, com a revogação de portarias que garantiam o que foi conquistado com a Reforma Psiquiátrica e a Luta Antimanicomial. Graças a esta reforma, foram criadas estratégias de desospitalização e se resgataram direitos civis e sociais historicamente negados a dezenas de homens e mulheres, que durante o processo de asilamento eram destituídos da própria identidade, além de privados de seus direitos mais básicos de liberdade. A pergunta que cabe é: A quem interessa o desmantelamento de políticas públicas que vêm dando certo? A leitura da matéria “Manicômios nunca mais”, escrita pela repórter Lisiane Morosini, talvez traga luz para a resposta.

Algumas lições ficarão como legado, apesar de todo sofrimento e retrocessos vividos em 2020. E permanecerão vivas, fortes, como símbolos de resistência. A diversidade na política brasileira, que elegeu transexuais, mulheres negras, quilombolas e indígenas em votação expressiva na última eleição é uma delas. Relatos emocionados e emocionantes foram registrados pelos repórteres da RADIS, e traduzem a vontade destes grupos em fazer ecoar vozes que já existem, e mudar as estruturas de poder por dentro, ocupando espaços de decisão. Assim é a representatividade e assim se elaboram políticas públicas que consolidam as democracias e os princípios do Estado Democrático de Direito.

■ JUSTA HELENA FRANCO SUBCOORDENADORA DO PROGRAMA RADIS

SUA OPINIÃO

Para assinar, sugerir pautas e enviar a sua opinião, acesse um dos canais abaixo

E-mail radis@ensp.fiocruz.br Tel. (21) 3882-9118 End. Av. Brasil, 4036, Sala 510 Manguinhos, Rio de Janeiro, RJ CEP 21040-361



ACERVO PESSOAL

VOZES DA ESPERANÇA

Gostaria de agradecer a equipe *Radis* pelo trabalho lindo que fazem com tanto esmero! Descobri a revista na época em que fazia cursinho. Eu sabia que queria estar na área da saúde, mas não tinha certeza sobre qual curso seguir (nem sabia da existência do campo da Saúde Coletiva). Passei os dois primeiros anos de cursinho pensando que eu queria medicina. No terceiro ano, passei por um questionamento interno profundo sobre querer ser médica, e nessa fase descobri a *Radis*, que me deu uma completa outra visão do que é saúde, ao tratar de temas tão plurais. Dentre outros processos pelos quais passava, compreendi que poderia atuar de diversas formas, e que queria entrar no campo de luta pelo direito à Saúde e de luta pela integração de

outras racionalidades à biomédica hegemônica (ainda que na época não conhecesse esse nome). Foi quando decidi me graduar em Saúde Coletiva na Unila, em Foz do Iguaçu (PR), mesmo sem saber muito o que era – e ainda estou descobrindo. Trabalhei quase um ano com uma médica chinesa, juntando grana pra me mudar de cidade, o que me deu mais certeza de que o curso de medicina ocidental não era o que eu realmente queria, e ampliou mais ainda minha visão sobre cura. Hoje, na metade da graduação, sigo acompanhando a *Radis*, que continua a fazer parte de minha formação profissional e humana. Ler essa revista sempre me inspira, me emociona, me dá força pra seguir e uma esperança que não é baseada no otimismo cego que nega a realidade – mas aquela esperança que dá coragem para encarar a realidade obscura ao redor e, mesmo assim, conseguir enxergar que existem saídas (assim no plural), e que há muitas pessoas trabalhando nessa busca. Nesse momento de quarentena, eu me encontro com as diversas vozes que a *Radis* traz, e ao fazê-lo, não me sinto só, mas habitada por elas. Parabéns pelo trabalho e gratidão! AbraSUS!

Ana Augusta Penteado, via Instagram

O BRASIL PRECISA DO SUS

Como agente de saúde, eu afirmo que é gratificante ver pessoas sendo tratadas e restabelecendo a saúde sem pagar um centavo. Infelizmente, a política da conscientização com e para o povo ainda é minúscula. Os governantes em geral precisam criar mecanismos de divulgação, tipo oferecer matérias na grade escolar, para que desde a infância os brasileiros comecem a entender o SUS e a cuidar melhor da sua saúde.

Conce Silva, Icoaraci, PA

Amei essa chamada de conhecimento sobre o SUS. Deveria ser dada uma aula para muitos que acham que não precisam dele.

Irenilda Barbosa, Fortaleza, CE

A longa história de contribuições do *Radis* para a saúde agora se amplia com esta campanha. Parabéns, equipe. Sou testemunha do quanto, ao longo dos anos, representou manter e ampliar o *Radis*. Abraços!

Arlindo Fábio, Rio de Janeiro, RJ

Show! Já comecei minha leitura da *Radis* 219! Adoro a revista, sempre com reportagens relevantes!

Larissa Sampaio, Nova Iguaçu, RJ

COMPAIXÃO E PORTINARI

É sempre um prazer ouvir João Candido Portinari falar da obra de seu pai e, por extensão, de seu belíssimo e incansável trabalho de preservação e resgate histórico. O mundo da arte é devedor de gratidão a você, João!

Bernadete Faria, via Instagram

João Candido Portinari, o significado do seu sobrenome e as características de seu avô também estão na sua essência e na pessoa maravilhosa que você é. Que entrevista linda!

Adriana Freitas, via Instagram

Assim que tudo isso passar vou querer autógrafa na revista!

Manu de Martini, Rio de Janeiro, RJ

EXPEDIENTE

RADIS® é uma publicação da Fundação Oswaldo Cruz, editada pelo Programa Radis de Comunicação e Saúde, da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca.

FIOCRUZ
Nísia Trindade
Presidente

ENSP
Hermano Castro
Diretor

PROGRAMA RADIS

Rogério Lannes Rocha
Coordenador e editor-chefe
Justa Helena Franco
Subcoordenadora

REDAÇÃO
Adriano De Lavor
Editor
Luiz Felipe Stevanim
Subeditor

Reportagem
Ana Cláudia Peres, Bruno Dominguez, Liseane Morosini; Moniqui Frazão
(estágio supervisionado)

Arte
Felipe Plauska

DOCUMENTAÇÃO
Eduardo de Oliveira
(Arte e fotografia)

ADMINISTRAÇÃO
Fábio Lucas e
Natalia Calzavara

ASSINATURAS

Assinatura grátis (sujeita a ampliação) Periodicidade mensal Impressão Rotaplan Tiragem 124.700 exemplares

USO DA INFORMAÇÃO

Venda proibida. Textos podem ser reproduzidos, citada a fonte original.



Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz

O Brasil precisa do SUS: uma campanha pela vida

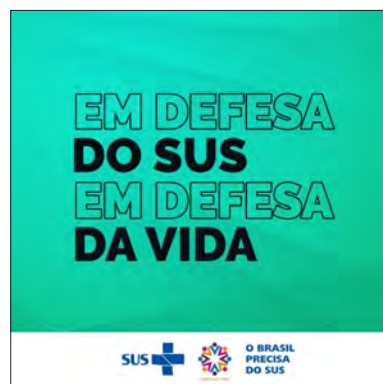
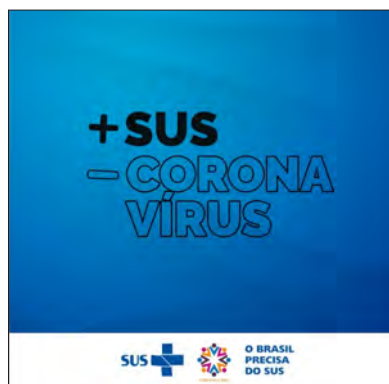
“O SUS é simplesmente o maior serviço de saúde pública do mundo. Isso não é ufanismo, não é patriotada”, diz o compositor Chico Buarque de Hollanda em um vídeo de pouco mais de meio minuto que começou a circular nas redes sociais em dezembro (15/12). A peça é parte de uma campanha de apoio ao Sistema Único de Saúde e reúne várias personalidades de áreas distintas em depoimentos que relembram a importância do serviço público, universal e gratuito que atende mais de 200 milhões de pessoas no país e que, em tempos de pandemia do novo coronavírus, tem servido de exemplo para o mundo. Na opinião do compositor, o SUS pode e deve ser melhorado — nunca sacrificado. Em outro vídeo, o jornalista e cronista esportivo Juca Kfourri ressalta essa conquista do povo brasileiro e lembra que, não fosse pelo SUS, a pandemia teria causado ainda mais estragos diante da “irresponsabilidade das maiores autoridades do país”.

Intitulada acertadamente “O Brasil precisa do SUS”, a campanha é uma iniciativa da Frente pela Vida, que reúne organizações de saúde, ciência e tecnologia, comunicação, educação e da sociedade civil. Em carta, que lembra o tamanho da crise sanitária e as milhares de mortes por covid-19 no Brasil, elas ressaltam que a desigualdade social serviu de terreno fértil para o vírus no país. “Ações relevantes de enfrentamento, que deveriam ter sido lideradas pelo governo federal, foram sabotadas pelo presidente Jair Bolsonaro”, assinalam as entidades no documento, pontuando a ausência de coordenação nacional, os testes armazenados sem uso e os recursos financeiros retidos como exemplos de uma desorientação propositada que tem alimentado as mais altas taxas de mortalidade e letalidade da covid-19 nas Américas, só comparáveis às de Estados Unidos, Peru e Chile.

Na edição de dezembro (*Radis* 219), *Radis* fez coro com a campanha e em sua reportagem de capa sobre

os 30 anos de regulamentação do SUS, demonstrou por que, a despeito dos contextos adversos, o nível de confiança da população com o nosso sistema de saúde nunca foi tão alto [Leia em “A maior torcida do Brasil”, no site da revista]. À Rede Brasil Atual, a presidente do Centro Brasileiro de Estudos da Saúde (Cebes) e pesquisadora da Fiocruz, Lúcia Souto, disse que a mobilização é uma resposta à sociedade que percebeu, durante a pandemia, “a qualidade e a excelência do SUS apesar das tentativas de desqualificar a saúde pública”. Mas é principalmente uma mobilização para reverter o quadro de desfinanciamento do SUS que segue sem investimentos necessários desde a promulgação da Emenda Constitucional (EC) 95 do Teto de Gastos, de 2016.

Para que siga firme no combate à pandemia, defenda a Frente pela Vida, o SUS precisa de recursos humanos, materiais e financeiros. “Precisa de coordenação uniforme, nacional, articulada, e medidas de segurança sanitária. Precisa de orçamento adequado”, argumenta. No entanto, de acordo com a previsão orçamentária para 2021, o SUS corre o risco de perder R\$ 40 bilhões. No ato político (15/12) transmitido virtualmente que marcou o lançamento da campanha e teve duração de mais de três horas, os participantes foram unânimes em declarar que a mobilização pretende lutar para reverter o quadro de desfinanciamento e pressionar o Congresso contra os cortes. Na ocasião, também foi feita a entrega de uma petição pública do Conselho Nacional de Saúde (CNS) exigindo a manutenção do piso emergencial da Saúde no orçamento do SUS em pelo menos R\$ 168 bilhões. [No site da Frente pela Vida, você pode baixar materiais e assistir aos vídeos da campanha, além de acompanhar a agenda e outras iniciativas da Frente: <https://frentepelavida.org.br/>]





REPRODUÇÃO

À espera da vacina

Enquanto cerca de 50 países do mundo já iniciaram a vacinação contra o novo coronavírus até o último dia de 2020, o Brasil começou 2021 sem uma data concreta para dar início à imunização de sua população. O Plano nacional de operacionalização da vacina contra a covid-19 foi lançado pelo governo federal, em 16/12, e recebeu críticas por não incluir datas, nem esclarecer como se dará a logística da distribuição e qual imunizante será usado para vacinar grupos prioritários e o restante da população brasileira. O Ministério da Saúde alegou que não daria para estabelecer datas para começar a vacinação já que nenhuma vacina tinha recebido autorização da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) até então. O ministro, general Eduardo Pazuello, questionou ainda a expectativa da população em torno do imunizante: “Para que essa ansiedade, essa angústia?”, disse, como noticiou o site da BBC Brasil (16/12).

Cada um por si

Depois que o governador de São Paulo, João Doria, prometeu vacinar os paulistas com a CoronaVac, a partir de 25/1, outros estados e municípios entraram na disputa. O Nexo Jornal (12/12) lembrou que a lei nº 6.259, de 1975, determina que o governo federal é quem deve centralizar a vacinação. “Em tese, o governo deveria barrar os estados que estão criando planos de vacinação por conta própria”, ressaltou Gonzalo Vecina na matéria, ex-presidente da Anvisa e professor da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP).

Quatro fases

O plano prevê quatro fases e as pessoas receberão duas doses com intervalo de 14 dias. Na fase 1, serão vacinados trabalhadores da saúde, idosos com mais de 75 anos ou com mais de 60 que vivam em instituições de longa permanência e indígenas. A segunda fase vai contemplar pessoas que têm de 60 a 74 anos em qualquer situação. A fase 3 deve contemplar pessoas com comorbidades (diabetes, hipertensão arterial grave, doenças pulmonares crônicas, doenças renais e do coração), quem recebeu transplante de órgão, com anemia falciforme, câncer e obesidade grave. No último grupo, estão professores, profissionais de segurança e funcionários do sistema prisional e população privada de liberdade, quilombolas, pessoas com deficiência e em situação de rua.

Contra o tempo

Na corrida para antecipar a vacinação no país, a Fiocruz anunciou (3/1) a estratégia de importar dois milhões de doses já prontas, produzidas na Índia, da vacina desenvolvida pela Universidade de Oxford e pela empresa AstraZeneca. Esse imunizante será produzido também no país pela própria Fiocruz, após a chegada do Ingrediente Farmacêutico Ativo (IFA), o que está previsto para janeiro. Com isso, a fundação pretende entregar o primeiro lote do produto entre 8 e 12 de fevereiro. O pedido de registro definitivo do imunizante será feito à Anvisa em 15/1. Até julho de 2021, a instituição entregará 110,4 milhões de doses.

No total, o Brasil deve receber 150 milhões de doses de vacinas contra covid-19 no primeiro semestre de 2021, somando os imunizantes da AstraZeneca/Fiocruz, Sinovac/Butantan e Pfizer/BioNTech, segundo o secretário de Vigilância em Saúde do Ministério da Saúde, Arnaldo Medeiros, ao UOL (23/12). A previsão pode mudar a partir do avanço de negociações do governo. O governo do estado de São Paulo divulgou (4/1) que o Butantan pretende pedir o uso emergencial da Coronavac à Anvisa ainda na primeira semana de janeiro.



Ciência feminina

“Depois da peste do século 14, veio o Renascimento. Que sejamos capazes de um pequeno renascimento. Precisamos sair disso convencidos de que a ciência tem que servir para melhorar as relações humanas.”

De Margareth Dalcolmo, pneumologista da Fiocruz que recebeu o título de “Mulher do ano” pelo jornal O Globo (27/12). Na mesma edição, o colunista Ancelmo Góis destacou Nísia Trindade Lima, presidente da Fiocruz, e Dalcolmo entre as mulheres que se destacaram em 2020.

Atropelo

O Supremo Tribunal Federal (STF) e o Superior Tribunal de Justiça (STJ) consultaram a Fiocruz sobre a possibilidade de “reservar” doses para imunizar seus ministros, servidores e colaboradores, como noticiou O Estado de S. Paulo (22/12). A Fundação negou ambos os pedidos informando que a produção será destinada ao MS e alegou “não caber a ela atender a qualquer demanda específica”.

Sem estratégia

A resposta do Ministério da Saúde contra a covid-19 evidencia “a ausência de uma estratégia federal minimamente detalhada para combater os efeitos da pandemia”. A avaliação é do quarto relatório do Tribunal de Contas da União (TCU), elaborado pela Secretaria de Controle Externo do TCU e aprovado por unanimidade em dezembro. Para o TCU, erros de planejamento ficam claros com a falta de equipamentos de proteção individual, respiradores e kits de testes. O relatório cita questões como a aquisição de seringas para a vacinação, com risco de descompasso no cronograma de fornecimento, e falta de clareza da quantidade de material que pode ser necessária para abastecer estados e municípios. Outros pontos são o atraso na entrega de máscaras e a existência de respiradores parados nos depósitos do MS.

Estratégia coletiva

A publicação de Ethel Maciel, epidemiologista e professora da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes), no Twitter (4/1), chama atenção para o fato de que a vacina deve ser encarada como bem público coletivo. Em dezembro, Ethel foi uma dos 36 cientistas que contestaram a inclusão de seus nomes na versão prévia do Plano de Vacinação apresentado pelo Ministério da Saúde ao Supremo. Em nota (12/12), os pesquisadores disseram que não tiveram acesso ao documento final. Também manifestaram preocupação pela retirada de grupos prioritários e pela não inclusão de todas as vacinas disponíveis.



Ethel Maciel, PhD - VACINA JÁ ... - 10h

Vacina não é remédio. Vacinação é estratégia coletiva. Se você comprar e se vacinar e todo seu entorno não vacinar, o vírus pode fazer uma mutação e sua vacina não servir para nada. Dinheiro jogado fora. Sabe por que a OMS trabalha para que todos os países se vacinem?

147 11,2K 45,9K



Ethel Maciel, PhD - VACINA JÁ ... - 10h

Porque se alguém em algum lugar ficar sem vacinação, e o vírus fizer uma mudança em sua estrutura, todo o esforço será perdido. Repetindo para que todos entendam: Vacina é estratégia coletiva. Precisamos do maior número em todos os lugares vacinados. Imunidade coletiva.

8 1,650 11,3K



Ethel Maciel, PhD - VACINA JÁ ... - 10h

Nossa briga deve ser acesso universal as vacinas e não “eu tenho dinheiro e posso pagar para me salvar. Ninguém se salva sozinho se não salvar todos. Essa é a lição do vírus, ou entendemos, ou afundamos juntos.



ARGENTINA LEGALIZA O ABORTO

Identificadas pelos lenços verdes da Campanha Nacional pelo Direito ao Aborto, milhares de mulheres ocuparam (30/12) a Praça do Congresso, em Buenos Aires, para celebrar a nova lei que autoriza a interrupção legal e segura da gravidez até a décima quarta semana de gestação. “Arriba el feminismo, que va a vencer, que va a vencer!”, diziam em coro, depois que o Senado argentino aprovou – por 38 votos a favor, 29 contrários e uma abstenção – a legalização do aborto no país. Durante a sessão histórica de 12 horas que entrou pela madrugada, o debate foi intenso. Do lado de fora, havia cartazes com inscrições como: “Aborto legal é justiça social”. Aos repórteres do El país (30/12), uma jovem de 27 anos afirmou: “Queremos que seja lei para que mais nenhuma mulher morra por aborto clandestino. Por María Campos. Por Liliana. Por Elizabeth. Por Rupercia. Por Paulina. Por Rosario. Pelas mais de 3.000 mulheres que morreram por abortos clandestinos desde o retorno da democracia”. Mas também houve

manifestações contrárias e protestos de grupos religiosos e movimentos conservadores.

Até a aprovação da nova lei, a Argentina tinha uma das legislações mais restritivas da América Latina sobre o assunto, como lembrou a BBC Brasil (30/12). A interrupção da gravidez só era permitida em casos de estupro ou quando a saúde da mãe estava em risco – o que, aliás, é muito semelhante ao que vigora no Brasil. Ainda assim, estima-se que, somente no ano de 2018, 38 mulheres morreram de complicações médicas decorrentes de abortos inseguros e cerca de 39.000 tiveram que ser hospitalizadas pela mesma causa, registrou o El país (30/12). A partir de agora, o país do Papa Francisco passa a ser o sexto da região a legalizar o procedimento em todo o seu território. Em Cuba, Guiana, Guiana Francesa, Uruguai e Porto Rico, o aborto é legalizado em todas as situações. No México – onde a legislação sobre o tema é decidida regionalmente –, só é permitido na capital e no estado de Oaxaca.

GETTY IMAGES

NAS ONDAS DA MARÉ

Lançado em dezembro de 2020, o livro “A Maré em 12 Tempos” apresenta, por meio de depoimentos e imagens históricas, um resgate das origens e uma mostra do cotidiano da comunidade localizada entre três importantes vias expressas do Rio de Janeiro – a Avenida Brasil, a Linha Vermelha e a Linha Amarela – e que registra o quarto pior índice de desenvolvimento humano (IDH) da cidade. Organizado por Antônio Carlos Pinto Vieira, Cláudia Rose Ribeiro da Silva e Luiz Antonio de Oliveira, cofundadores do museu que retrata a história do lugar, o livro parte da exposição permanente “12 tempos”, que reúne pertences de antigos moradores, fotografias e a reprodução de uma casa de palafita, em tamanho real, em referência às que serviram de moradia para centenas de famílias que ocuparam a região, no início dos anos 1940. Acesse o livro em <https://bit.ly/35fAcSi>



DOENÇAS CRÔNICAS MATAM MAIS NO MUNDO

Das 55,4 milhões de mortes registradas no mundo em 2019, 74% foram decorrentes de doenças crônicas não transmissíveis, informam as Estimativas Globais de Saúde, divulgadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em dezembro de 2020. O relatório fornece os dados mais recentes disponíveis sobre morte e incapacidade globalmente, divididos por causa, região e país, idade e sexo. Os números, referentes ao período entre 2000 e 2019 – e que, portanto, não incluem as mortes relacionadas à covid-19 – indicam tendências de mortalidade e morbidade no mundo, dados importantes para apoiar a tomada de decisões informadas sobre políticas de saúde e alocação de recursos.

No geral, as principais causas globais de morte, na ordem do número total de vidas perdidas, estão associadas a três grandes tópicos: cardiovascular (doença isquêmica do coração, acidente vascular cerebral),

respiratória (doença pulmonar obstrutiva crônica, infecções respiratórias inferiores) e condições neonatais – que inclui asfixia e trauma no nascimento, sepse neonatal e infecções e complicações de parto prematuro.

De acordo com os dados, a doença isquêmica do coração foi a principal causa de morte entre 2000 e 2019. A pesquisa aponta ainda proeminência das doenças não transmissíveis no mesmo período, com destaque para a inclusão de Alzheimer, outras demências e diabetes na lista das 10 principais causas de morte, ao mesmo tempo em que registra diminuição no número de casos letais relacionados às doenças transmissíveis, com a saída de HIV/aids e tuberculose da mesma lista. Nesta categoria, o maior número de mortes foi decorrente das infecções respiratórias inferiores. Acesse o sumário detalhado da pesquisa em <https://bit.ly/37EWULK>



239 MIL

Estrangeiros solicitaram refúgio no Brasil entre 2011 e 2019, registrou o relatório da Acnur, divulgado em 18 de dezembro. A publicação “Refúgio em números” registra ainda que, somente em 2019, mais de 80 mil pessoas fizeram o pedido para se estabelecer no país – deste total, mais de 30 mil foram reconhecidos; maioria é de nacionalidade venezuelana, seguidos de sírios e congolese. O relatório pode ser consultado na íntegra em <https://bit.ly/3rjyTlu>

OUVIDO MUSICAL

Aos 44 anos, Ludwig van Beethoven teve que enfrentar o mais absoluto silêncio. Um dos maiores nomes da música clássica, o compositor alemão, que começou a demonstrar os primeiros sinais de surdez aos 26 anos, perdeu completamente a habilidade de escutar nesta idade, passando a se comunicar através de pequenos cadernos. A perda da audição não diminuiu sua capacidade de criar obras inesquecíveis, já que depois disso ele compôs três de suas obras mais famosas: o Quarteto para Cordas (Opus 131), a 9ª Sinfonia e a Missa Solene. Estas e outras curiosidades sobre Beethoven estão na reportagem da Agência Brasil (17/12) que celebra os 250 anos de nascimento do gênio da música, que inclui links para programas sobre sua vida e sua obra, veiculados na Rádio Mec. Acesse: <https://bit.ly/3phzHFH> .



© JOSEPH KARL STIELER/DOMÍNIO PÚBLICO



“MANICÔMIOS NUNCA MAIS”

MUDANÇAS NA POLÍTICA DE SAÚDE MENTAL
AMEAÇAM REFORMA PSIQUIÁTRICA

LISEANE MOROSINI

No apagar das luzes de 2020, o Ministério da Saúde preparou um grande pacote para revogar quase 100 portarias sobre saúde mental, editadas entre 1991 e 2014, atingindo diversos programas e serviços do Sistema Único de Saúde (SUS). A notícia provocou indignação e rapidamente tomou conta de redes sociais e grupos de WhatsApp do campo da saúde mental e de direitos humanos. Entidades da sociedade civil, conselhos, associações, universidades, fóruns e coletivos de trabalhadores e usuários e a Frente Parlamentar da Reforma Psiquiátrica mobilizaram suas redes e convocaram atos de repúdio em todo o país. Em notas oficiais e abaixo-assinados, houve consenso de que o revogação, como foi logo chamado, foi a maior ofensiva do governo para desmontar a Política Nacional de Saúde Mental (PNSM), e as políticas de álcool e drogas e para pessoas vulnerabilizadas, como as que vivem em situação de rua, que já vinham sendo fortemente atacadas nos últimos cinco anos.

A medida avança com voracidade sobre a PNSM [lei 10.216/2001], conhecida como Lei Paulo Delgado, que instituiu um modelo de tratamento humanizado às pessoas com transtornos mentais e promoveu mudanças estruturais na organização dos serviços e nas formas de cuidado e atenção em saúde mental, conquistadas com a Reforma Psiquiátrica. A PNSM busca acabar com instituições fechadas e centradas na doença ao prever o cuidado à saúde mental com serviços abertos, humanizados, comunitários e de base territorial, que garantam a inserção e a livre circulação das pessoas com transtornos mentais pelos serviços, pela comunidade e pela cidade, enquanto a proposta do ministério sugere a criação de Ambulatórios Gerais de Psiquiatria e de Unidades Especializadas em Emergências Psiquiátricas. Segundo informações do Conselho Nacional de Saúde (CNS), todas as portarias desta política foram construídas com ampla participação popular, sendo debatidas e aprovadas nas conferências nacionais de saúde mental de 1987, 1992, 2001 e 2010.

As revogações e revisões foram baseadas no documento “Diretrizes para um Modelo de Atenção Integral em Saúde Mental no Brasil”, apresentado em reunião entre o MS e os conselhos nacionais de Secretários de Saúde estaduais e municipais (Conass e Conasems), em 18/11. Dali saiu um Grupo de Trabalho para estudar as mudanças, que foram apresentadas em reunião, em 3/12, que contou com representantes da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) e do Conselho Federal de Medicina (CFM). A informação foi divulgada pela revista Época (6/12) e deu início à mobilização nacional. Leonardo Pinheiro, presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme), afirmou em entrevista à *Radis* que a ABP atuou “à sombra” como a grande formuladora de um processo que não contou com qualquer consulta pública. “Na prática, essa proposta vai tirar o dinheiro do SUS e destinar para as clínicas privadas e os hospitais psiquiátricos”, denuncia Leonardo.

“Temos um governo que é contra a Constituição e a lei. Mas a política de saúde mental não é de um governo ou partido. É uma política de Estado dentro do SUS e deve ser respeitada”, observa o presidente da Abrasme. Para ele, a proposta também fere a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção das Pessoas com Deficiência, que tem status constitucional no país. “A Convenção diz que as pessoas não vão ser submetidas a tratamentos desumanos ou degradantes e a proposta traz de volta as estruturas de hospitais psiquiátricos. É o retorno de um tratamento degradante”, sentencia. Ex-presidente do Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH), Leonardo pontua que o tratamento em saúde mental deve ser baseado no cuidado em liberdade. “As internações, inclusive as involuntárias, são dadas em exceção, em meio à crise e dentro de um projeto terapêutico singular. A internação não ocorre *a priori* como se dá em hospitais psiquiátricos e nas comunidades terapêuticas, defendidas na proposta”, pontua.

Uma planilha do MS mostrou que o “revogaço” afetaria o Programa Anual de Reestruturação da Assistência Psiquiátrica Hospitalar no SUS, as equipes de Consultório na Rua, o Serviço Residencial Terapêutico Unidades de Acolhimento e a Comissão de Acompanhamento do Programa De Volta para Casa, além de revogar portarias que estabelecem

procedimentos ambulatoriais e implicam na revisão do financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial (Caps). Além disso, a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), destinada a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, também seria atingida pela revisão. Os Caps seriam de responsabilidade da assistência social, e não da saúde, e passariam a fazer apenas reabilitação, deixando o atendimento psiquiátrico para outro serviço, mudando a rotina de atenção que já foi retratada por Radis (Radis 202).

A REDE DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL (RAPS) CONTA COM:

791 Residências Terapêuticas

68 Unidades de Acolhimento (adultos e infanto-juvenil)

1.785 leitos de saúde mental em hospitais gerais

13.851 leitos em hospitais psiquiátricos

50 equipes multiprofissionais de atenção especializada em saúde mental

144 Consultórios na Rua

PROGRAMAS AFETADOS

O documento que propõe o “revogaço” vem sendo reeditado pela ABP, que busca formalizá-lo desmontando uma política pública reconhecida no Brasil e fora dele. A proposta é capitaneada pela ABP e pelo CFM e foi referendada por outras entidades médicas. O documento foi formalmente apresentado em 13/8, dia do Psiquiatra, em um encontro que reuniu Maria Dilma Alves Teodoro, então coordenadora das Políticas de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas (SAPS), Antônio Geraldo, presidente da ABP, e secretários nacionais.

Em um vídeo disponível no Canal da Psiquiatria, que mostra o momento como um “marco” na política de saúde mental, Antonio Geraldo passa por cima de toda a construção histórica da luta antimanicomial ao dizer que a proposta é “um sistema privado ofertado para o sistema público”.

Em matéria publicada pelo jornal Folha de S.Paulo, de 8/12, o presidente da ABP detalha como entende a atenção em saúde mental e reforça a centralidade médica e o papel preponderante do psiquiatra no processo de atenção. “O que você faz no sistema privado? Você pega, liga, marca consulta e vai lá. Por que o sistema público não pode imitar o sistema privado?”, perguntou. Além disso, enfatizou que “ninguém precisa passar um dia dentro de Caps”. “Como é no meu consultório? Alguém passa o dia lá comigo? Não. A pessoa faz uma consulta e vai tocar a vida”, pontuou. Não à toa, em sua introdução, o documento explicita que a política de saúde mental dominante no Brasil “adota como premissa a desvalorização do saber psiquiátrico” e tem colocado “o psiquiatra como um profissional secundário”.

PROTESTOS E REPÚDIO

As redes de saúde mental se mobilizaram e reagiram de imediato em todo o país. As entidades e os movimentos sociais promoveram um encontro (7/12) com a Frente Parlamentar da Reforma Psiquiátrica, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados e representantes do Alto Comissariado da ONU no Brasil para apresentar denúncias na agenda de retrocessos. Como resultado, o ministério assumiu o compromisso de ampliar o GT e ouvir as demais categorias nacionais, além de outros atores do controle social. “O SUS se baseia no pacto federativo. Se a coordenação nacional do MS quer fazer mudanças, ela deve ouvir os coordenadores estaduais de saúde mental”, afirma Leonardo.

A pressão externa levou também ao pedido de demissão (8/12) da coordenadora das Políticas de Saúde Mental, Maria Dilma. Em seguida, o governo federal anunciou o investimento emergencial de R\$ 99 milhões para ampliar e qualificar o atendimento prestado por 2.661 Caps que funcionam atualmente em 1.790 municípios brasileiros, segundo o ministério. “O valor para os Caps é quase quatro vezes menor que o investido em comunidades terapêuticas, que são privadas, e mostra que o governo quer amenizar a situação. Ele não diz que não está ocorrendo credenciamento de novos Caps. Fica claro que essa é uma disputa pela opinião pública”, critica Leonardo. Ele salienta que não há informações sobre o total de comunidades terapêuticas existentes. “Não há um cadastramento nacional instituído e o número de comunidades terapêuticas credenciadas no Ministério da Cidadania, que participam de editais, é irrisório frente à realidade”, assegura.

Em meio a protestos, a ABP foi questionada em um manifesto assinado por mil psiquiatras, que repudiaram o “revogaço”. Criticando a posição da entidade, os profissionais salientaram que “o modelo proposto, rígido, hierarquizado, psiquiatrizante, opõe-se frontalmente à estruturação territorializada e flexível das redes de atenção psicossocial, assim como à sua busca pela liberdade, autonomia e cidadania das

pessoas em sofrimento mental”. Os psiquiatras afirmaram que, “alegando falar em nome da ciência, a ABP o faz de forma tão precária que mal disfarça os interesses corporativos e mercadológicos que a movem”.

Para Paulo Amarante, pesquisador da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca (ENSP) da Fiocruz, existe em curso um processo de desmonte do Estado de direito. “Não vendemos nossos princípios ou negociamos nossas ideias. O que está em jogo não é o modelo de assistência psiquiátrica, não é a luta antimanicomial, é a democracia, são as nossas liberdades, é isso que eles estão querendo destruir em várias áreas. A sociedade vai resistir”, garantiu o psiquiatra na abertura do 7º Congresso Brasileiro de Saúde Mental, organizado pela Abrasme, entre 9 a 11 de dezembro.

No mesmo evento, a sanitarista Lúcia Souto convocou os participantes para lutar contra a agenda de austeridade que faz com que o Brasil não cumpra os direitos previstos na Constituição de 1988. Lúcia lembrou a luta exemplar da Reforma Psiquiátrica brasileira. “Estamos num contexto de desmonte e de destruição de tudo o que conquistamos do ponto de vista de direitos da sociedade brasileira. O projeto de devastação do ‘revogaço’ é para revogar o SUS”, afirmou. A sanitarista disse que a intenção do governo é transformar tudo em mercadoria e negócio. “Saúde é democracia, democracia é saúde. A luta antimanicomial é uma coluna vertebral do SUS. Não vamos abrir mão dessa conquista. Saúde é um bem pelo qual devemos lutar e não podemos nos submeter aos interesses da ABP e da indústria farmacêutica”, sentenciou.

Já em ato virtual (14/12) promovido pelo Conselho Federal de Psicologia (CFP) em defesa de uma política de saúde mental baseada no cuidado em liberdade e em uma sociedade sem manicômios, a deputada Érika Kokay, da Frente Parlamentar, reforçou que as comunidades terapêuticas em grande medida perpetuam a lógica manicomial. “O Brasil tinha que superar esse holocausto e os campos de concentração que representavam os hospícios. Nós, trabalhadores e trabalhadoras, e também as pessoas assistidas, construímos uma nova política e conseguimos superá-lo. Temos que criar uma grande resistência para cuidar em liberdade, porque se não há liberdade, não há cuidado, e a liberdade é muito terapêutica”, disse. “Loucura não se prende, loucura não se tortura, nem um passo atrás, manicômio nunca mais”.

Interesses da chamada “indústria da loucura” foram também criticados pela Frente Ampla em Defesa da Saúde Mental, da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, instituída em 7/12, e com representações em todo o país. Em seu manifesto, o coletivo destaca que o retorno da lógica do confinamento e do abandono fere a todos, principalmente aos mais vulnerabilizados. “Como fechar serviços de saúde em plena pandemia? O fato é que se verifica hoje uma total submissão da PNSM aos interesses da iniciativa privada, o que coincide com a presença corporativista da ABP junto ao Ministério da Saúde. A agenda capitaneada pela ABP apenas se sustenta neste cenário necropolítico que ameaça a democracia conquistada pela Constituição de 1988”, aponta o texto do abaixo-assinado do movimento, que tinha quase 60 mil assinaturas em 17/12.

REPERCUSSÃO NO PAÍS

O Conselho Nacional de Saúde repudiou (4/12) as propostas e reafirmou que os retrocessos são sustentados pela visão do modelo biomédico psiquiátrico centralizador e hospitalocêntrico. O CNS lembrou ainda que os ataques às políticas acontecem desde sua elaboração, mas foram aprofundados com o “fortalecimento de políticas segregadoras, marcadas pela ascensão das comunidades terapêuticas e edição de normativas e de financiamento público voltados à internação da população em situação de rua e de adolescentes”. O Conselho reafirmou sua posição contrária “às investidas de retrocesso” e “modernização de velhas instituições e práticas que ameacem a dignidade humana, os direitos humanos e o cuidado em liberdade no campo da saúde mental e atenção psicossocial”.

Em nota conjunta, a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), Associação Brasileira de Economia da Saúde (ABRES), o Centro Brasileiro de Estudos de Saúde (Cebes), a Associação Rede Unida e a Sociedade Brasileira de Bioética (SBB) repudiaram (9/12) veementemente toda e qualquer tentativa de retrocesso no modelo comunitário de assistência à saúde mental. Segundo as entidades, os significantes “moderno” e “baseado em evidências científicas”, repetidos à exaustão na minuta apresentada pelo MS, tornam-se “patéticos” na intenção de convencimento de que essa “nova política” se opõe a uma política anterior que seria arcaica e ideológica. “Quem são os arcaicos e ideológicos que querem fazer o país andar para trás ‘20 anos em dois?’”, questionam.

As associações lembraram, ainda, que o aumento de manifestações de angústia e sintomas de mal-estar psíquico na pandemia de covid-19, inclusive com expressões mais graves e com ideação suicida, não deve ser submetido “a um furor patologizante e medicalizador”. “Essas pessoas precisam de escuta e, algumas, de cuidado especializado. Para tanto, o SUS e a saúde mental precisam, sim, e urgentemente, de mais recursos”, observaram. Um alerta do Conselho Regional de Psicologia do Paraná mostra que, no campo da atenção às pessoas que usam drogas, as alterações propostas pelo Governo Federal consolidam a “guinada à abstinência e ao manicômio”. “Elas aprofundam o estigma de que todo e qualquer uso de substância psicoativa causa sofrimento psíquico e social, precisa ser medicado e ter tratamento segregado nos hospitais psiquiátricos ou ambulatoriais especializados, em detrimento da lógica da autonomia do sujeito em seu uso e, se necessário, do cuidado no território e em liberdade”, diz a entidade em nota.

Também por meio de nota (8/12), o Ministério da Saúde rebateu as críticas afirmando que “muitas portarias” sobre saúde mental estão “obsoletas”. O órgão também declarou que discute a transferência do programa de Residências Terapêuticas para a pasta da Cidadania, e que “não há sugestão de fechamento dos Caps e dos Consultórios de Rua”, embora esses serviços constem da planilha apresentada pelo grupo de trabalho do próprio ministério [ver quadro ao lado]. Já a ABP emitiu uma nota em que afirma que as informações são inverídicas e divulgadas de forma irresponsável e defende a importância de Ambulatórios Especializados. A entidade reforçou também que não há sugestão de fechamento dos Caps e dos Consultórios de Rua.

MUDANÇAS NA POLÍTICA NACIONAL DE SAÚDE MENTAL:

Hospitais psiquiátricos

- Revoga mecanismos de fiscalização e estímulo à redução do tamanho dos hospitais psiquiátricos; e extingue equipes que apoiam a transferência de moradores de hospitais psiquiátricos para serviços comunitários.

Caps

- Propõe que façam apenas reabilitação, possivelmente deixando o atendimento psiquiátrico para outro serviço; e cogita extinção dos Caps voltados aos usuários de álcool e drogas.

Atendimento comunitário

- Transferência dos serviços residenciais terapêuticos e o Programa De Volta para Casa para assistência social. Extingue serviços para atendimento à saúde da população em situação de rua.

Internações involuntárias

- Afrouxa controle sobre internações involuntárias, revogando portaria que determina comunicação ao Ministério Público.

Gestão e articulação da PNSM

- Dissolve instância que reúne os principais gestores da política de saúde mental do país.

Política de drogas

- Transfere responsabilidades para o Ministério da Cidadania;
- Define abstinência como objetivo principal e redução de danos como complementar;
- Interrompe distribuição de insumos para evitar transmissão de doenças durante uso de drogas;
- Retira a possibilidade de atendimento de pessoas com dependência química em Caps;
- Defende a criação de serviços específicos para pessoas com diagnóstico de dependência e outro transtorno psiquiátrico.



Diversidade

Se fosse possível uma fotografia panorâmica do resultado das eleições de 2020, ela teria menos senhores brancos, heterossexuais, de bigode e com dinheiro no bolso. O novo retrato que sai das urnas é um pouco mais diverso, plural. Milhares de mulheres negras terão assento nas câmaras municipais de todo o país – nas prefeituras, serão 209. A população LGBTQIA+ contará com 30 representantes – eram apenas oito em 2016. Entre as comunidades tradicionais, outros avanços: 10 cidades brasileiras vão ser administradas por prefeitos indígenas e haverá muitas etnias ocupando 214 vagas nos legislativos, sem contar os quase 80 quilombolas eleitos para os cargos de prefeito, vice-prefeito e vereador. Nesta reportagem, você vai conhecer alguns desses mandatos que prometem ser atravessados pela pauta da diversidade sexual, de gênero e de raça, da justiça social e da igualdade.

É verdade que a mudança no perfil dos eleitos não representa uma transformação estrutural: mais de 900 cidades do país continuam sem nenhuma mulher no parlamento municipal e o aumento no número de negros no Executivo e Legislativo não resolve o problema da sub-representação. Mas é inegável a ampliação da representatividade nas urnas. Porto Alegre – a capital mais racista do país, segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) – elegeu Bruna Silva Rodrigues (PC do B), uma preta, filha de uma gari, para a Câmara Municipal. Já Fortaleza vai experimentar pela primeira vez um mandato coletivo – no caso, “uma mandata”, como preferem Adriana Gerônimo, Louise Anne de Santana e Lila M. Salu, três jovens mulheres negras da Mandata Coletiva Nossa Cara (Pso), que chegam ao legislativo com uma votação histórica de 9.824 votos [veja perfil na página 17].



VOTOS DE DIVERSIDADE

VOTAÇÃO EXPRESSIVA DE TRANSEXUAIS, MULHERES NEGRAS,
INDÍGENAS E QUILOMBOLAS SUGERE UM AUMENTO DA
REPRESENTATIVIDADE NA VIDA POLÍTICA DO PAÍS.

ANA CLAUDIA PEREZ

Numa leitura do momento atual, a cientista política Flávia Biroli destacou a eleição de muitas mulheres negras e jovens para as câmaras municipais como fruto de um pensamento que vem sendo construído por movimentos sociais antirracistas e feministas nos últimos tempos e que traz a defesa e a proteção à vida como contraponto às desigualdades e ao autoritarismo dos espaços de decisão política. Em um seminário do projeto Democracia Participativa, da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), transmitido online dia 10 de dezembro, ela ressaltou que é importante olhar para a eleição dessas mulheres não apenas como a defesa de uma política de identidade. Mas como parte importante de uma disputa em que “o racismo, o sexismo, as desigualdades de classe e as inseguranças cotidianas são colocadas no centro das propostas para que se possa

construir espaços verdadeiramente democráticos e repensar o Estado”.

Na pequena Salesópolis, cidade de inclinação conservadora no interior de São Paulo, a transexual Rebecca Barbosa foi a mais votada de seu partido (PDT) e a partir deste ano também ocupará o parlamento municipal. À *Radis*, ela conta que não pretende dar visibilidade apenas às causas trans. [Leia depoimento em nosso site]. Em um comunicado em que comemorou o aumento de quase 300% no número de transexuais eleitos, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra) afirmou: “Representatividade é muito importante, mas projeto político, compromisso ético, conduta ílibada, atuação política, diálogo com os movimentos populares e instituições da sociedade civil, e senso de compromisso social, são outros tão importantes quanto”.

ORGULHO E PRECONCEITO

“É preciso ter raça”. Com esse slogan, Benny Briolly, mulher trans e negra, se candidatou pelo Psol nas últimas eleições, em Niterói. Durante a campanha, defendeu o cumprimento da lei municipal que propõe o ensino da história e cultura afrobrasileira nas escolas e que conselhos populares e de favela discutam a política de segurança pública do município. Prometeu lutar pela defesa da tarifa zero no transporte público. Explicou por que o SUS não pode morrer. Fez caminhadas (com máscara) pelo fim da cultura do estupro e com a população LGBTQIA+. Conquistou o voto de 4.458 eleitores e tornou-se a primeira vereadora transexual da história da cidade. Ganhou também desafios, na mesma intensidade das paixões que despertou.

“Enquanto você ganha um salário de vereador apenas por ser um pedreiro de peruca, eu estou desempregado, minha esposa está com câncer de mama e estamos vivendo do auxílio emergencial. Eu juro que se você não renunciar ao mandato vou comprar uma pistola 9mm no Morro do Engenho aqui no Rio de Janeiro e uma passagem só de ida para Niterói e vou te matar. Eu já tenho todos os seus dados e vou aparecer aí na sua casa”, dizia a mensagem enviada por email anônimo, depois de eleita. Contra as ameaças que começaram ainda durante a campanha, Benny vem registrando boletins de ocorrência. Também começou a andar de carro blindado. À *Radis*, disse que se sente vulnerável, mas que não irá ficar calada. “Não podem nos interromper” [veja entrevista na página 20 e versão completa no site da revista].

De teor racista, machista ou homofóbico, as tentativas de intimidação se alastram pelo país. Em Belo Horizonte, a professora e vereadora trans Duda Salabert, do PDT, também foi ameaçada de morte. O conteúdo das mensagens divulgado por ela em suas redes sociais é semelhante ao que foi recebido por Benny Briolly. Em alguns casos, as expressões são as mesmas, o que faz parecer um ataque coordenado dirigido às parlamentares. Em resposta a todo o ódio, a vereadora mais bem votada da capital mineira com 37 mil votos está em campanha pela presidência da Casa, defendendo um programa “que objetiva transformar a câmara em um espaço mais democrático, mais popular, mais plural”.

Carol Dartora (PT), primeira vereadora negra de Curitiba, e Ana Lúcia Martins (PT), também negra, eleita para a Câmara Municipal de Joinville, em Santa Catarina, foram outras parlamentares a sofrer ameaças pela Internet. Além de formalizar a denúncia, elas estão acionando uma rede de proteção. Mas com o aumento da representatividade de mulheres negras, os agressores não disparam injúrias e ofensas apenas contra políticos eleitos dentro do campo considerado de esquerda. Em Bauru, em São Paulo, Suéllen Rosim é a primeira prefeita negra a administrar a cidade, a partir de janeiro de 2020. Eleita pelo Patriota com 55,98% dos votos válidos, foi mais uma hostilizada nas redes. Entre os ultrajes, estão expressões como “macaca”, “cara de favelada” e “gente de cor”. “Eu represento muitas mulheres, muitas negras que buscam o seu espaço ao longo desse trajeto, não só na política, mas em todas as áreas”, disse ao G1 (30/11). “Isso não vai me calar. Não (vai) me tornar invisível”.

“AVANÇAREMOS!”

Era noite do dia 15 de novembro, quando a população de Pesqueira, no Agreste de Pernambuco, saiu às ruas para dançar ao som de chocalhos e maracás, em comemoração à eleição do cacique Marquinhos Xukuru (Republicanos) para a prefeitura do município. Ele venceu a eleição com 51,6% dos votos e foi apenas um dos 2.212 indígenas que se candidataram a cargos no Executivo e legislativo em 2020, representando um aumento de 27% em relação às eleições de 2016, segundo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A instituição, que havia lançado o movimento “Campanha Indígena” – uma mobilização para ampliar a representatividade dos povos indígenas e a defesa dos direitos das diversas etnias por meio da visibilidade e com suporte jurídico voltado aos candidatos – comemorou o feito.

Durante a campanha, Marquinhos Xukuru bradou: “Se o Estado brasileiro não sabe governar, nós sabemos governar. E diga ao povo que avance!”. Ao que os seus eleitores respondiam em coro: “Avançaremos!”. Era um grito em defesa dos territórios e da identidade cultural indígena. Na cidade em que os povos originários somam mais de um terço da população, a eleição do cacique com 17.654 votos vem sofrendo revés na justiça. Xukuru teve a candidatura indeferida por ter sido condenado em 2015 por dano contra o patrimônio privado. A ação é controversa. Segundo a Apib, no processo que o criminalizou, o cacique teria sido na verdade vítima de um atentado sofrido por ele e seus seguranças. Ele entrou com recurso e agora aguarda julgamento no Tribunal Superior Eleitoral (TSE), em Brasília. Em nota (8/12), a Apib disse ainda que o cacique “é vítima em uma ação de base racista” movida pela atual prefeita da cidade e candidata à reeleição, Maria José (DEM), derrotada nas urnas por uma diferença de mais de 2 mil votos. [Até o fechamento desta edição, o caso permanecia indefinido]

Consideradas um marco para os povos indígenas, as eleições de 2020 também significaram enormes avanços para a representatividade quilombola: dois prefeitos, nove vice-prefeitos e 68 vereadores – assim mesmo com “x”, para respeitar a linguagem neutra de gênero –, de acordo com Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (Conaq). Apenas a região Sul não terá quilombolas ocupando mandatos nos próximos quatro anos. Em Pernambuco, serão sete: cinco homens e duas mulheres. Entre elas, a professora Jacielma (PT). Aos 45 anos, a representante da comunidade de Umburana, do território quilombola Águas do Velho Chico, foi eleita para a Câmara de Vereadores de Orocó. “Temos muitas demandas e a primeira delas vai ser vencer o preconceito institucional”, disse à *Radis* em uma manhã de sábado de dezembro, entre um compromisso e outro [ver matéria na página 19]. “Nós, dos quilombolas e das comunidades tradicionais, não somos coitadinhos ou bichinhos com necessidades. Somos sujeitos de direitos. E é assim que a gente quer ser visto”. E é assim, reverenciando a memória ancestral do seu povo, que ela pretende escrever uma nova página da história quilombola, a partir de 1º de janeiro de 2021.



I. ADRIANA, LOUISE E LILA - NOSSA CARA / FORTALEZA (CE)

TRÊS CORPOS NEGROS, UMA “MANDATA”

“Sou feminista. Voto Nossa Cara”. “Sou das quebrada. Voto Nossa Cara”. “Sou LGBTQIA+. Voto Nossa Cara”. Os cards nas redes sociais impulsionavam a campanha inspiradora que três mulheres negras da periferia de Fortaleza conduziram nas ruas – com máscara e álcool em gel – entre cortejos e rodas de conversa. Adriana Gerônimo, Louise Anne de Santana e Lila M. Salu têm entre 30 e 33 anos e muitos planos para levar adiante, agora que conquistaram uma vaga na Câmara Municipal. Pela primeira vez, a capital cearense vai experimentar o formato de mandato coletivo – uma nova forma de ocupar o Legislativo, quando o cargo conquistado pelo voto popular é partilhado entre duas ou mais pessoas e conta com ampla participação da sociedade civil.

A exemplo do que já acontece em Belo Horizonte, com a Gabinetona, e em Recife, com as Juntas, a mandata coletiva Nossa Cara promete movimentar as estruturas do parlamento. “Fortaleza tende a se surpreender porque a construção dessa

mandata vai extrapolar os limites institucionais. A gente vai debater cultura, educação, direito à cidade com qualidade e de maneira participativa com a população”, promete Adriana Gerônimo. Foi o rosto dela que, para cumprir com a formalidade da legislação eleitoral, apareceu na urna. Da mesma maneira, caberá a Adriana ocupar, oficialmente, o cargo em plenário. Tudo o mais será exercido coletivamente: da decisão sobre o voto e apresentação de projetos de lei à construção de audiências públicas. A remuneração também será dividida por três. Como covereadoras, Louise e Lila estarão na assessoria do gabinete. Mas para que não haja diferença entre os valores recebidos individualmente, o salário das três será equiparado. A sobra mensal vai alimentar um fundo social para beneficiar atividades que já existem nas comunidades a serem selecionadas por meio de editais.

Para a tribuna da Câmara, garantem levar a política do cotidiano, as pautas do dia a dia, a luta da mãe de periferia por vaga



na creche, a briga na fila de espera por melhor atendimento na saúde, o confronto para não perder a casa para as remoções, as causas das gentes comuns. “Na campanha, as pessoas se identificavam com a gente. Essa é a nossa maior vitória política”, disse ainda Adriana num bate-papo descontraído com a *Radis*, em que as falas de uma eram complementadas pelas das outras duas. “As líderes comunitárias são mulheres pretas, as enfermeiras nos postos de saúde também; as mulheres que visitam as nossas casas são pretas; as escolas públicas estão cheias de mulheres pretas; a gente está em todo canto; então, o que a gente mostrou é que era possível estar também na Câmara Municipal”, acrescentou Louise. Nas palavras de Lila: “Não fomos só uma candidatura que se limitava à nossa representatividade. Trata-se de um projeto político com muitas ‘manas’ envolvidas”.

QUEM É QUEM

Adriana, 30, foi mãe na adolescência – tem uma filha de 11 e outra de 4 anos – e talvez por morar no Lagamar, uma comunidade que sofre constantes ameaças de despejo, talvez por se preocupar com os outros à sua volta, entendeu cedo o valor da militância. “A gente não milita por hobby”, diz, com voz mansa e segura. Assistente social e líder comunitária, traz na bagagem a vivência das Comunidades Eclesiais de Base (Cebes) e dos movimentos por moradia.

Louise, 30, é professora na rede pública municipal e cursa Direito na Universidade Federal do Ceará (UFC). Sua primeira organização coletiva, costuma dizer, foi a igreja – seus pais são pastores da Assembleia de Deus. É militante da Rede de Mulheres Negras do Ceará, da Frente dos Professores Antifascistas e de outros movimentos por igualdade. E gosta de sorrir enquanto fala. “A gente nasce sabendo que é preto, mas se organizar enquanto pessoa preta é um processo”.

Lila, 33, é da quebrada, nascida na favela Verdes Mares. Faz parte do movimento hip hop, do rap, é compositora, cantora – Mc Lila M. Salu. “Artivista”, como se define, entende a música

como canal diálogo. Lésbica, milita no movimento LGBTQIA+ e ajudou a construir o Tambores de Safo, grupo que usa a música e a arte para contribuir para um pensamento feminista. Diferente das suas companheiras de mandata, não é filiada ao PsoL.

Quando se encontraram nas lutas pelas ruas da cidade, ainda não sabiam que um dia formariam um mandato coletivo. A decisão da candidatura veio antes do que esperavam. As três fazem parte do “Ocupa Política” – rede nacional que passou a reunir organizações, coletivos da sociedade civil e mandatos-ativistas para ocupar a política institucional, desde a vitória, em 2016, de três mulheres negras para câmaras municipais: Marielle Franco (Rio de Janeiro), Talíria Petroni (Niterói) e Áurea Carolina (Belo Horizonte). Durante uma reunião da rede em Recife, há dois anos, as meninas de Fortaleza conheceram de perto a experiência dos mandatos coletivos. Imaginaram que, no futuro, poderiam construir algo parecido em sua cidade. Mas o crescente movimento da extrema direita na capital cearense fez com que decidissem se lançar candidatas já em 2020, firmando compromissos com práticas e pautas antirracistas, feministas e populares, como propõe a Agenda Marielle Franco.

Deu certo. Menos para uma parcela da população que se incomodou com a visibilidade das candidatas. Esses não economizaram nos insultos e ameaças. “Se os homens que estão na Câmara não fazem nada, imagina vocês, três mulheres pretas!”, ouviram de uns. Uma companheira branca que ajudava na campanha de rua escutou de outro: “Por que você está se inferiorizando trabalhando para três negras?” Nas urnas, a resposta foi arrebatadora – quase 10 mil votos, um resultado imenso, menor apenas do que o desejo de dias melhores sustentado pelas três mulheres da Mandata Nossa Cara. “Ver esses corpos negros, indígenas, trans, quilombolas ocupando espaços no Executivo e no parlamento é uma resposta a um cenário de retrocessos que implicam diretamente na nossa sobrevivência. É também uma reverência à caminhada de muitas que vieram antes de nós e a esperança de uma mudança real na política”, resume Lila, quase compondo um rap.

II. PROFESSORA JACIELMA / OROCÓ (PE)

O GRITO FORTE DOS QUILOMBOS

Umburana é uma das cinco comunidades que compõem o território quilombola Águas do Velho Chico. De lá até a cidade de Orocó são 20 quilômetros que Jacielma Silva dos Santos vai percorrer para chegar à câmara de vereadores. Com 440 votos, foi eleita a primeira parlamentar quilombola da história do município, ampliando também a representatividade negra e de mulheres na casa. “Fui pega de surpresa”, diz ela. “Mas no momento que escolheram meu nome, eu já sabia que não fugiria à luta, porque a luta, para mim, é uma forma de libertação, uma maneira de gritar por nossos direitos”. Em seu mandato que começa agora, promete fazer “um trabalho coletivo e de escuta”. “Vamos ouvir as demandas e descobrir juntos o que podemos construir e o que não podemos”.

Professora Jacielma, como é mais conhecida na região, ainda está emocionada ao falar com a *Radis*, um mês depois das eleições de 15 de novembro, lembrando de toda a trajetória do seu povo – que há pelo menos um século se instalou às margens do rio São Francisco, mas que teve sua história desconhecida até 2005, quando, a pedido do bispo local, os quilombolas começaram a construir um Livro de Tombo que lhes revelou as origens. “Sentamos com nossos avós e pessoas mais velhas para ouvir a nossa história”, conta. “Devido ao racismo e ao preconceito, durante muito tempo, a gente escutou que ‘negro não presta’. Mas era chegada a hora de saber tudo sobre aqueles e aquelas que lutaram e deram a vida para que a gente conseguisse dizer em voz alta, hoje, quem a gente é”.

BANDEIRAS

Negra, 45 anos, um filho de 10, professora da rede pública, filiada ao PT, ela esteve em muitos dos momentos recentes que culminaram com o reconhecimento oficial do território quilombola por parte da Fundação Palmares, em 2009. Além de trabalhar arduamente no levantamento histórico do quilombo Águas do Velho Chico, também ajudou a garantir e pôr em funcionamento uma escola que acabou legitimada internacionalmente como a primeira escola quilombola do Projeto da Rede de Escolas Associadas da Unesco (PEA). “Mas eu comecei na base, como animadora de comunidade e em grupos de jovens”, recorda. “Cada vez mais, queremos mostrar que temos sangue quilombola. E quilombo é lugar de organização e luta. Não somos um povo que se amodaça”.

Na campanha, professora Jacielma surpreendeu. Ela contou com o apoio do projeto A Tenda das Candidatas – que fez um trabalho de formação política para mulheres e acompanhou 10 candidatas pelo país, dando assistência jurídica e de comunicação de forma voluntária. Selecionada em uma entrevista, professora Jacielma comemora o resultado. “Nossos adversários diziam que eu não conseguiria me eleger porque não tinha dinheiro para ‘comprar votos’”, diz. “Fizemos uma campanha bonita, coletiva, de escuta. Hoje, eles reconhecem a minha justa vitória”, relata.

Em Pernambuco, foram eleitos sete quilombolas para o cargo de vereador, todos de municípios e territórios diferentes – duas mulheres. Ano passado, o estado aprovou as diretrizes curriculares para educação quilombola e essa é uma das bandeiras que professora Jacielma leva para a Câmara. Vai lutar ainda por projetos de agricultura familiar, creches, hospitais, mais escolas. Defender o SUS e a garantia do direito à saúde. “Ainda mais neste momento de pandemia”, acrescenta. Sabe que no espaço institucional encontrará barreiras, mas não se intimida. “Não quer dizer que eu vá ficar travada nessa outra realidade. Vou em busca de consenso e diálogo e de estratégias para resolver os conflitos. Foi assim que cheguei até aqui”.





ACERVO PESSOAL

III. BENNY BRIOLLY / NITERÓI (RJ)

“NÃO PODEM NOS INTERROMPER”

Preta, de favela com muita honra, Benny Briolly foi eleita a primeira vereadora transexual de Niterói, com 4.458 votos. Aos 29 anos, a estudante de jornalismo pretende ampliar os debates de raça, classe e gênero na Câmara Municipal. Já começou denunciando os ataques racistas e transfóbicos que recebeu durante a campanha e depois da eleição. Benny quer vivenciar o parlamento potencializando a luta que desde adolescente vivencia nos territórios e sem se deixar “deslumbrar com a institucionalidade”. Foi o que ela disse nesta entrevista à *Radis*, por telefone, no mesmo dia em que foi diplomada com nome e gênero feminino, direito conquistado na justiça. Outra vitória.

Qual o significado da sua eleição e o que Niterói pode esperar do seu mandato?

Niterói é uma cidade que tem resquícios muito fortes do processo escravocrata. Ser eleita aqui representa o quanto as pessoas estão revoltadas, indignadas e cansadas das marcas desse processo sobre suas vidas. Significa que, de alguma forma, o que a sociedade civil e os movimentos sociais vêm construindo até aqui reverbera. Acho que a minha

representatividade vem casada com uma política combativa a um modelo sistêmico que pesa nitidamente sobre esses corpos. Nosso mandato vai ser um instrumento para potencializar nossas lutas, aquelas lutas que já reivindicamos e construímos nas favelas, nas periferias enquanto mulheres, população LGBTQIA+, para que nossos corpos possam andar tranquilos pela cidade.

Quais os maiores desafios do seu mandato?

A gente tem uma série de desafios. O primeiro é não se deslumbrar com a institucionalidade, porque a institucionalidade é um mecanismo do sistema capitalista e isso não é o que a gente acredita enquanto alternativa de mundo e de sociedade. Mas há também uma série de outros desafios, como por exemplo reorganizar a nossa gente, fazer com que o nosso mandato seja um mandato de cobrança contínua tanto de fiscalização do Executivo quanto de iniciativas de leis, e orçamentos para potencializar nossa luta e aquilo que nós, movimentos, construímos aqui fora. Mas sempre entendendo que esse é um caminho, não é um fim. É só um dos meios para tocar um projeto de luta revolucionário, daquilo que

a gente acredita, do nosso sonho por uma sociedade mais justa e igualitária

Como você tem reagido às ameaças que recebeu? Como se sente a cada tentativa de intimidação?


Pois é, na campanha, a gente recebeu muitas ameaças – ameaças de morte, inclusive – e agressões racistas e lgbtfóbicas, nas ruas e nas redes. Registramos algumas ocorrências e seguimos registrando, entendendo o quanto a sociedade ainda reproduz de forma criminosa e racista a lgbtfobia, o machismo, a misoginia. Entendemos que esse seria um dos motivos, inclusive, de quererem tirar nossas vidas [Uma das mensagens anônimas que Benny recebeu por email dizia: "Não adianta avisar a polícia ou andar com seguranças. Nada no mundo vai me impedir de te matar. Vou te matar do mesmo jeito que meu grupo matou a Marielle! Pois é. Nós matamos a Marielle"]. Me sinto vulnerável. Estou tendo que andar de carro blindado e limitar minha vida a uma série de fatores a que não estava acostumada. Isso é muito difícil, ainda mais para a gente que é do território popular, que temos nossas questões enraizadas no dia a dia, na vida concreta das pessoas. Mas a gente vai tentando dar um jeito de superar, entendendo que não podemos nos calar, que não podem nos interromper.

A que você atribui a eleição dessas muitas candidaturas que reforçam a representatividade de mulheres negras, de indígenas e quilombolas, da população LGBTQIA+ no Brasil de hoje?

Acho que o Brasil é um país em que a institucionalidade tem marcos históricos de promoção de desigualdade e, consequentemente, as pessoas foram se afastando da política. Porque a política, na sua construção e no formato como ela foi consolidada no Brasil, realmente não é um espaço construído a partir do povo e das pessoas que historicamente são excluídas de seus direitos, como as mulheres, a população LGBTQIA+, as pessoas pretas, pobres e faveladas.

Só que as mulheres negras que vieram antes de nós já vêm desde sempre traçando estratégias de como seria romper com essa lógica. Quando a gente olha para Lélia González [filósofa brasileira e uma das fundadoras do Movimento Negro Unificado], Carolina de Jesus [autora de "Quarto de despejo: diário de uma favelada"], Dandara [guerreira que lutou no Quilombo dos Palmares], tantas outras, a gente vê o quanto esses marcos que estão acontecendo agora são traçados pela história delas. E cada vez mais essas vozes vêm se ampliando. Acho que o processo eleitoral é só uma expressão daquilo que historicamente a gente vem construindo e do quanto a gente vem lutando para mostrar que, de fato, a política da branquitude ou o modelo político construído até hoje é falho e errôneo. Estamos avançando na construção de um projeto de sociedade antirracista, que a gente acredita que é possível.

Como a luta da vereadora do Rio, Marielle Franco, assassinada em março de 2018, inspira essas candidaturas?

Marielle era uma amiga, além de ser uma companheira de partido. Ela muito nos inspirou não só na sua eleição enquanto parlamentar, mas muito antes disso, na forma como dirigia e conduzia os processos nos movimentos populares. Marielle sempre foi uma inspiração para nos organizarmos da melhor forma possível, deixando as questões de raça e de classe expressas nos marcos de luta da esquerda. Muitas sementes surgiram depois da execução da Mari, mas acho que já havia muitas sementinhas nascendo durante a sua vida. Com a sua história, acho que a gente tem uma lição muito forte do quanto o atual Estado brasileiro, junto com esse atual governo, é genocida e do quanto eles não têm medo e nem vão medir esforços para nos interromper e nos silenciar. A execução de Marielle deixa nítido que todo o projeto de sociedade que nós mulheres negras estamos construindo é um projeto que está dando certo e que ameaça concretamente todas as políticas racistas, genocidas, misóginas e lgbtfóbicas que estruturam o pilar do capitalismo brasileiro. 





ACERVO PESSOAL

O LEGADO DE

Luta Urbana

3ª Conferência de Combate ao Racismo
completa 20 anos como marco de
ruptura com estrutura segregadora

BRUNO DOMINGUEZ



Sementes – Mulheres Pretas no Poder registra a eleição de mulheres negras que disputaram vagas em Câmaras estaduais e federal em 2018, numa espécie de resposta à execução de Marielle Franco, vereadora assassinada em março do mesmo ano. Dirigido por Éthel Oliveira e Júlia Mariano, o documentário pode ser assistido no YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=8vEcUORITC4&t=1448s>

“Racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata constituem graves violações de todos os direitos humanos e obstáculos ao pleno gozo destes direitos, e negam a verdade patente de que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, constituem um obstáculo para relações amistosas e pacíficas entre povos e nações, e figuram entre as causas básicas de muitos conflitos internos e internacionais, incluindo conflitos armados e o consequente deslocamento forçado das populações”. A frase é da Declaração e Programa de Ação da 3ª Conferência Mundial de Combate ao Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, que em 2021 completa 20 anos.

O evento, iniciativa da Organização das Nações Unidas que reuniu 16 mil participantes de 173 países em setembro de 2001, em Durban, na África do Sul, terminou com líderes mundiais — inclusive do Brasil — afirmando sua “forte determinação em fazer da luta contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e a intolerância correlata e a proteção das vítimas, uma alta prioridade para seus países”.

Mas em Minnesota, nos Estados Unidos, George Floyd foi estrangulado por um policial branco que ajoelhou em seu pescoço durante uma abordagem, em maio de 2020 — o que gerou protestos contra a discriminação racial em todo o mundo. Em Porto Alegre, João Alberto Freitas foi espancado e morto por dois seguranças no estacionamento do supermercado Carrefour, em novembro de 2020 — também levando a manifestações. E tantas crianças negras seguem sendo assassinadas em operações policiais em favelas — muitas vezes, sob o silêncio da população.

Os níveis de vulnerabilidade econômica e social nas populações de cor preta ou parda também são maiores. Esse grupo está, em maior proporção, abaixo da linha de pobreza, e reside em casas com piores condições de moradia e com menos acesso a bens e serviços que a população de cor branca, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Nas palavras da filósofa e ativista Djamila Ribeiro, autora do Pequeno Manual Antirracista: “O racismo é um sistema de opressão que nega direitos, e não um simples ato de vontade de um indivíduo”.



“Racismo estrutural não é mimimi, não é vitimismo, a gente vive isso diariamente”, diz Hilda Gomes, do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz

ACERVO PESSOAL

ESCRavidÃO

Edna Roland, relatora-geral da conferência e que desde 2003 faz parte do Grupo de Pessoas Eminentemente encarregadas de monitorar a implementação do Programa de Ação, destacou o fato de a conferência ter considerado que a escravidão e o tráfico de escravos foram crimes contra a humanidade, requerendo reparação histórica. “Essa foi uma das razões pelas quais foi tão atacada, à época”, disse Edna, na aula inaugural do curso “Durban+20: Racismo, reconhecimento, justiça, desenvolvimento e discriminação no Brasil”, em 1º de dezembro, em formato online.

A conferência convocou todos os países que negociaram pessoas escravizadas a se arrenderem e compensar países africanos e asiáticos com ajuda financeira. Diz o texto aprovado: “Reconhecemos que a escravidão e o tráfico de escravos, em particular o tráfico transatlântico, foram tragédias atroz na história da humanidade, não apenas por sua abominável barbárie, mas também por sua magnitude, seu caráter organizado e, especialmente, sua negação da essência das vítimas. Reconhecemos ainda que a escravidão e o tráfico de escravos, especialmente o tráfico transatlântico, são, e sempre deveriam ter sido, um crime contra a humanidade e se encontram entre as maiores fontes e manifestações de racismo, discriminação racial, xenofobia e intolerância correlata, e que os africanos e afrodescendentes, os asiáticos e descendentes de asiáticos, assim como os povos indígenas, foram vítimas de tais práticas e continuam a sê-lo de suas consequências.”

MOBILIZAÇÃO DE ATORES

“O evento representa uma virada conceitual na discussão global sobre o tema do racismo e compromisso internacional com a luta antirracista”, avalia Richarllys Martins, professor do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio de Janeiro (NEPPDH/UFRJ), onde coordena o curso “Durban+20”.

“O legado mais positivo é ter possibilitado uma mobilização única de atores e atrizes sociais que conseguiram introduzir em âmbito global a pauta racial como elemento fundamental para pensar democracia e desenvolvimento. Em âmbito nacional, este legado segue forte até hoje e pode ser percebido no protagonismo dos movimentos negros, com especial destaque para o movimento das mulheres negras, nas discussões sobre os desafios nacionais. A centralidade do tema racial hoje é ressonância do processo de construção e posterior da Conferência de Durban”, observa.

No Brasil, alguns dos frutos apontados por Richarllys foram a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira na educação, a criação de um ministério voltado ao tema (a Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), o avanço nos sistemas de informação com notificação e registro de raça e cor, as ações públicas dos movimentos negros para o estímulo à autodeclaração racial, a aprovação da Política Nacional de Saúde Integral da População Negra no Conselho Nacional de Saúde (CNS) e a instituição de políticas de afirmação.

“Nestes quase 20 anos, que se completam em 2021, avanços no enfrentamento à discriminação racial são notáveis



ACERVO PESSOAL

Vencedor do Prêmio Jabuti 2020 na categoria Romance Literário, *Torto Arado* (Todavia), do escritor e geógrafo Itamar Vieira Júnior, conta a história de duas irmãs, a partir de sua relação com o pai e com a terra onde viviam, nas profundezas do sertão baiano. A trama aborda a crescente conscientização política da comunidade e debate as estruturas de poder que cristalizam a desigualdade social.



Um dos livros mais vendidos no Brasil em 2020, “Pequeno Manual Antirracista” (Companhia das Letras), da filósofa e ativista Djamila Ribeiro, trata em capítulos curtos e contundentes de questões do racismo estrutural: violência policial, educação, mercado de trabalho, cultura, afetos. Vencedor do Prêmio Jabuti 2020 na categoria Ciências humanas.

e podem ser percebidos desde a representação social e cultural de como as discussões sobre o racismo estão presentes na sociedade global e nacional, bem como no marcador legal”, resume o professor, que integrou as delegações oficiais do Brasil em evento de revisão da Conferência Mundial de Durban, em 2009, e na Reunião de Alto Nível da ONU sobre os 10 anos da Conferência Mundial de Durban, em 2011.

AÇÕES AFIRMATIVAS

A declaração tratou da necessidade de adoção de “medidas especiais para lograr representação apropriada nas instituições de ensino, na moradia, nos partidos políticos, nos parlamentos e no emprego, em particular em órgãos judiciais e policiais, no exército e outros serviços civis, o que, em alguns casos pode exigir reformas eleitorais, reformas agrárias e campanhas em prol da participação equitativa”. Essas ações foram posteriormente chamadas de “afirmativas”: políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente.

“As ações afirmativas no ensino superior são um importante indicador do uso da Declaração e Programa de Ação da Conferência de Durban no ambiente doméstico”, analisa Richarlls. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi a primeira do país a criar um sistema de cotas em vestibulares para cursos de graduação por meio de uma lei estadual que estabelecia 50% das vagas do processo seletivo para alunos egressos de escolas públicas cariocas, em 2001.

Quando a legalidade das cotas chegou para discussão no Supremo Tribunal Federal (STF), em 2012, alguns ministros citaram Durban em seus votos favoráveis à medida — o plenário considerou constitucional a política para seleção de estudantes da Universidade de Brasília (UnB), por unanimidade.

“O reduzido número de negros e pardos que exercem cargos ou funções de relevo em nossa sociedade, seja na



O Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) gravou em áudio histórias, brincadeiras e músicas que destacam a cultura afro-brasileira, apresentados por contadores negros e quilombolas. Os podcasts, da série Deixa que Eu Conto, são voltados a crianças dos anos iniciais do ensino fundamental e estão disponíveis no Spotify, no YouTube e no site da organização. <https://www.unicef.org/brazil/deixa-que-eu-conto#afro>



ACERVO PESSOAL

O documentário *AmarElo – É Tudo Para Ontem*, do rapper Emicida, foi sucesso imediato na plataforma de vídeos Netflix desde seu lançamento. Em show gravado no Theatro Municipal de São Paulo em 2019, o cantor celebra sua ancestralidade e o legado da cultura negra brasileira.

“É um dado muito significativo, uma mudança na composição demográfica do ensino universitário público relevante, apesar de o percentual ainda estar abaixo da representação geral dos negros na população brasileira (55,8%)”, comenta o professor. Em 2005, apenas 5,5% da juventude negra em idade universitária frequentavam uma faculdade; em 2015, o índice chegou a quase 13%. “As ações afirmativas são políticas com potencial de

esfera pública, seja na privada, resulta da discriminação histórica que as sucessivas gerações de pessoas pertencentes a esses grupos têm sofrido, ainda que na maior parte das vezes de forma camuflada ou implícita. Os programas de ação afirmativa em sociedades em que isso ocorre, entre as quais a nossa, são uma forma de compensar essa discriminação, culturalmente arraigada, não raro praticada de forma inconsciente e à sombra de um Estado complacente”, ressaltou o relator, Ricardo Lewandowski.

No mesmo ano, foi aprovada a Lei nº 12.711 de 2012 [a Lei de Cotas para o Ensino Superior], que garante a reserva de 50% das matrículas por curso nas universidades federais e nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos oriundos integralmente do ensino médio público, com percentual mínimo correspondente ao da soma de pretos, pardos e indígenas em cada estado, de acordo com o último censo demográfico do IBGE. Até que, em 2018, o número de matrículas de estudantes negros e pardos nas universidades públicas no Brasil ultrapassou, pela primeira vez, o de brancos, segundo a pesquisa *Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil*, divulgada pelo IBGE em 2019. As pessoas negras eram 50,3% dos matriculados.



redução das desigualdades raciais na educação, possibilitando um efeito nos demais indicadores socioeconômicos. Neste sentido, parece-me central afirmar que apesar desta evolução as disparidades raciais na educação superior ainda são fortemente relevantes, pessoas negras seguem sendo as com menor formação universitária no conjunto geral da população e seguem sendo as que mais evadem e não concluem a formação, em função das limitadas políticas de assistência estudantil”.

MERCADO DE TRABALHO

A exclusão se repete no mercado de trabalho. Os brasileiros de cor preta ou parda constituem a maior parte dos trabalhadores do país (54,9%), com sobrerrepresentação entre os desocupados (64,2%) e os subutilizados (66,1%). A população branca leva vantagem também no tocante aos rendimentos: em 2018, o salário médio mensal dos brancos empregados (R\$ 2.796) foi 73,9% superior ao de pretos ou pardos (R\$ 1.608).

“Eu vivi resistências à minha carreira profissional inteira”, afirma Hilda Gomes, coordenadora da Seção de Formação do Serviço de Educação do Museu da Vida (COC/Fiocruz). Ao longo de quase 30 anos como professora de ciências e biologia na rede pública e particular em Niterói, Itaboraí e São Gonçalo, no Rio de Janeiro, Hilda tem relatos múltiplos de “estranhamento”, ora por seu cabelo crespo, ora por sugerir novas abordagens de ensino, ora por estar em um espaço pouco ocupado por mulheres negras.

Certo dia, estava dando aula para uma turma de pedagogia, de costas para o quadro, com os alunos à sua frente. Alguém bateu à porta, colocou a cabeça para dentro da sala, olhou para um lado e para outro e perguntou: “Onde está a professora?”. A turma ficou constrangida, ninguém

respondeu. O rapaz branco olhou novamente ao redor e perguntou onde estava a professora.

Uma hora, Hilda conta, ela percebeu que as dificuldades que enfrentava não eram resultado de um processo seletivo mais competitivo ou do retraimento quando da chegada de uma funcionária nova no ambiente de trabalho: “Essas resistências têm o nome de racismo estrutural. Não é mimimi, não é vitimismo, a gente vive isso diariamente”, narra. Ela ressalta que racismo não é só violência individual, como quando uma pessoa chama outra de “macaca”, mas uma lógica coletiva que exclui uns para privilégio de outros.

A educadora é hoje uma das coordenadoras do Comitê Pró-Equidade de Gênero e Raça da Fiocruz, criado em 2009 visando promover a equidade de gênero, da diversidade sexual e das relações étnico-raciais na instituição. O grupo se reúne mensalmente e organiza eventos anuais, como “Trajetórias Negras na Fiocruz”, em que trabalhadores negros compartilham vivências profissionais e pessoais, refletindo ao mesmo tempo sobre o racismo estrutural e as desigualdades enfrentadas cotidianamente. Durante a pandemia, esteve envolvida em um workshop para gestores sobre temas da diversidade.

DEBATE AMPLIADO

“É muito importante disseminarmos essa discussão, propor um desconforto cognitivo, epistemológico e atitudinal, especialmente no contexto que estamos vivendo, extremista e conservador, pautado em uma negação da realidade”, ressalta Hilda. Para ela, ao ocuparem mais espaços, negros constroem novos imaginários, de mais esperança para crianças serem o que quiserem ser — educadoras, blogueiras, presidentes.

Richarlls concorda: “É preciso reafirmar a narrativa pública de que uma sociedade sem racismo é uma sociedade melhor para todo o Brasil. Neste sentido, leituras governamentais não estão acima da legislação nacional vigente e dos preceitos constitucionais”. Ele reforça que o Brasil segue sendo signatário da Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, assumiu compromissos no marco da Declaração e do Plano de Ação da Conferência de Durban e aprovou, em dezembro de 2020, na Câmara dos Deputados, a ratificação da Convenção Interamericana contra o Racismo. “Acredito que temos no atual contexto uma oportunidade de reafirmar a indissociabilidade entre o racismo e as desigualdades”.



Sankofa – A África Que te Habita é uma série documental que acompanha uma expedição feita pelo fotógrafo César Fraga e pelo historiador Maurício Barros de Castro em 2013 por dez países que faziam parte da rota da escravidão das Américas. Em cartaz na Netflix, investiga a verdadeira história da escravidão e os laços que unem o Brasil a esses países.

A BALA NÃO ERRA O ALVO

“Os ossos de nossos antepassados colhem as nossas perenes lágrimas pelos mortos de hoje. Os olhos de nossos antepassados, negras estrelas tingidas de sangue, elevam-se das profundezas do tempo cuidando de nossa dolorida memória. A terra está coberta de valas e a qualquer descuido da vida a morte é certa. A bala não erra o alvo, no escuro um corpo negro bambeia e dança. A certidão de óbito, os antigos sabem, veio lavrada desde os negreiros.”

O trecho do poema de Conceição Evaristo, romancista, poeta e contista, vencedora do Prêmio Jabuti, está citado na abertura do relatório A Cor da Violência Policial, da Rede de Observatórios da Segurança. A partir de monitoramento realizado em cinco estados brasileiros (Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo e Rio de Janeiro) em 2019, os pesquisadores do Centro de Estudos de Segurança e Cidadania (Cesec) identificaram uma característica comum entre a maioria das vítimas de violência letal policial no país: eram negras.

Na Bahia, foram cerca de 97% das vítimas de policiais, apesar de a população negra no estado somar menos de 76,5%, de acordo com o censo do IBGE. Em Pernambuco, o percentual chegou a 93% (com 61,9% de população negra segundo o censo). No Rio de Janeiro, a 86% (tendo 51,7% de pretos e pardos). Em São Paulo, a 62,8% (com 34,8% de negros no estado). No Ceará, 77% dos registros de morte pela polícia não informaram a cor da vítima (67% da população é negra).

No lançamento virtual do relatório, em 9 de dezembro, o coordenador do Observatório da Segurança da Bahia, Dudu Ribeiro, destacou que a violência policial tem cor. “Os dados não são necessariamente uma surpresa para quem investiga segurança pública e relações raciais, mas traçam um quadro dramático dos efeitos perversos do racismo de forma estrutural e institucional na segurança pública”, ressaltou ele.

O texto destaca a importância de o debate sobre segurança pública ser centrado em raça: “O racismo enterra corpos pretos todos os dias. É ele que também ensina ao policial que o alvo da sua bala tem cor. Pretos e pardos são vistos como excedentes e podem morrer, de acordo com o que aprendemos com a necropolítica, para se fazer cumprir a política de branqueamento do Brasil. Nossa sociedade está estruturada para que o racismo seja o motor da violência”.

Defensora pública do Estado do Rio de Janeiro, onde coordena o Núcleo Contra a Desigualdade Racial (Nucora), Daniele da Silva Magalhães indicou o sistema de justiça como responsável pelos números. “O racismo do sistema de justiça é o combustível da letalidade policial”, disse. Sua explicação: “O profissional da ponta invade a favela às 5 horas da manhã a mando de uma

estrutura que não aposta em investigação, que põe a polícia ostensiva à frente de tudo”.


Em junho de 2020, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin proibiu a realização de operações policiais em comunidades do Rio que não em “hipóteses absolutamente excepcionais”, mas sem citar quais seriam essas. No entanto, segundo Daniele, o Ministério Público do Rio de Janeiro, órgão responsável pelo controle externo da atividade policial, afirmou entender que não havia impedimento, e sim apenas restrição, e seguiu com o método.

“A polícia entra nas favelas com mandados de busca genéricos, sem nomes das pessoas procuradas, sem endereço, sem CPF. Já vi mandados que eram prints do Google Maps, com a comunidade toda circulada”, conta. Segundo ela, oito em cada 10 pessoas presas em flagrante no estado do Rio de Janeiro entre 2017 e 2019 eram negras, com índice de soltura ínfimo, “porque quem mora nesses lugares não tem comprovante de residência”.

OMISSÃO DE DADOS

No caso do Ceará, o que chamou a atenção foi a omissão de dados — 77,2% das vítimas de violência policial letal não tiveram sua cor declarada. “Os dados são essenciais para a criação de políticas públicas. Sem eles para orientar os objetivos e informar a eficácia, não podem ser diagnosticados os problemas e menos ainda serem tecidas proposições capazes de superá-los”, lembra o relatório. “A ação de não produzir dados sobre os mortos pela polícia ou não divulgá-los com facilidade é uma política em si mesma, mas não uma política pública como gostaríamos, e sim uma política que procura encobrir o genocídio negro.”

Hilario Ferreira, conselheiro da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro) do Ceará, contextualizou no lançamento que não é novo o discurso de que “não existem negros no estado”. “Muitas pessoas me perguntam se sou baiano, maranhense, carioca, jamaicano, cubano; nunca acham que sou daqui”, disse. Segundo ele, esse discurso tem várias funções ideológicas: uma é o genocídio de negros, outra é a invasão de terras quilombolas por latifundiários — afinal, se não há negros, não há quilombos.

Vereador eleito em Olinda, Vinicius Castello ressaltou que o corpo negro, além de proporcionalmente mais exterminado por forças policiais, sofre constantes violações de direitos. “Muitos desses corpos, antes mesmo de uma bala atingi-los, já estão mortos pela falta de oportunidade, por violências praticadas por um Estado genocida que não nos quer fortes e nos espaços de poder”, disse. (B.D) 




VITÓRIA DA INCLUSÃO

STF derruba decreto sobre educação especial, criticado por colocar em xeque a convivência com as diferenças

Moniqui Frazão*

A escola é um dos primeiros ambientes de socialização de uma criança. É lá que ela compartilha os saberes e aprende a conviver com as diferenças — entre elas, a deficiência. Por este motivo foi grande a articulação de ativistas, especialistas e organizações contra o decreto nº 10.502, lançado em setembro (30) pelo governo federal, que instituiu a nova Política Nacional de Educação Especial. Na visão de especialistas e militantes pelos direitos das pessoas com deficiência, a medida colocava em xeque a inclusão de estudantes com deficiência e prejudicava o convívio com a diferença nas escolas. O decreto, no entanto, teve vida curta: em julgamento no plenário virtual, o Supremo Tribunal Federal (STF) confirmou, por nove votos a dois, a decisão liminar do ministro Dias Toffoli que, em 1º de dezembro, suspendera a medida.

Sob a justificativa de que “ambientes especializados” são mais inclusivos para “pessoas especiais”, a proposta abria brechas para a segregação de pessoas com deficiência e, portanto, feria a Constituição, como já havia alertado a nota publicada pela Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), em 6/10, com o apoio de organizações como o Movimento Down. “Na Educação Inclusiva não se deseja ou espera a separação entre sujeitos ou grupos, ao contrário, compreende-se que todas as pessoas têm a possibilidade de acessar e participar de um modelo de educação em comum, verdadeiramente emancipatório e igualitário”, afirmava a nota, que considerava o decreto um “retrocesso” por retomar perspectivas de segregação das pessoas com deficiência “há décadas superadas nos estudos sobre educação e na legislação internacional”.



A política pretendia implantar programas e ações “com vistas à garantia dos direitos à educação e ao atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação”. De adesão voluntária por parte de estados e municípios, o decreto previa que fosse oferecido atendimento educacional especializado em classes e escolas regulares inclusivas, bem como em classes e escolas especializadas ou classes e escolas bilíngues de surdos a todos que demandassem esse tipo de serviço. Além disso, propunha priorizar a participação do educando e de sua família no processo de decisão sobre serviços e recursos do atendimento educacional especializado. A questão é que o termo “especializado” escondia a proposta de criar salas de aula específicas para pessoas com deficiência, como crianças com síndrome de Down e autismo, onde elas não teriam um aprendizado partilhado e a convivência com os demais estudantes — o que contraria a luta histórica dessas pessoas e de seus familiares por inclusão.

Ao longo das últimas décadas, o Brasil construiu alguns marcos para a educação inclusiva. O primeiro deles é a própria Constituição Federal de 1988, que afirma que a educação é um direito social de todas as pessoas e que não deve haver qualquer tipo de discriminação. Já em 2008, foi lançada a Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Também a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), de 2015 (Lei 13.146), afirma que o poder público deve garantir e promover um sistema educacional inclusivo em todos os níveis e modalidades, bem como o aprendizado ao longo de toda a vida — e também propõe a eliminação de obstáculos ao acesso e à permanência de pessoas com deficiência na escola, com garantia de inclusão e acessibilidade.

Para Martha Moreira, integrante do Comitê pela Acessibilidade e Inclusão das Pessoas com Deficiência da Fiocruz, o decreto 10.502 representaria um retrocesso ao ignorar as convenções internacionais das quais o Brasil participa. “O que os estudos e as pesquisas têm apontado, e não é à toa que a gente tem uma convenção internacional que ratifica isso desde 2006, é que a inclusão faz bem. A interação com a diferença é transformadora da sociedade”, explica. De acordo com ela, ao retomar uma prática que segrega, a proposta desconsiderava a possibilidade de que as pessoas interajam com as diferenças, com o corpo considerado diferente e com as diversidades que comportam a deficiência na sociedade.

Na visão de Martha, quando o decreto assinalava que era preciso “voltar a ter espaços especiais para pessoas especiais”, perdia-se de vista que a pessoa com deficiência tem direitos. Ela também aponta que essa definição de deficiência abarca a ideia de “um corpo que é impedido pelas barreiras da sociedade”. “A mudança desconsidera conquistas importantes, tanto em termos das pesquisas quanto da perspectiva política e da sociedade”, avaliou, ainda antes de o decreto ser suspenso no STF.

No mesmo período, Sônia Gertner, outra integrante do Comitê, destacou que, nesse retrocesso, andava-se muito para trás, considerando-se a história de como eram tratadas as pessoas com deficiência ao longo dos séculos. Ela relembrou períodos de total segregação da sociedade, em que essas pessoas eram totalmente separadas e consideradas incapazes de qualquer atividade social de convivência, trabalho e estudo — e, assim, colocadas em instituições só para a sua contenção, com restrição de liberdade e autonomia. Depois, em dado momento, a proposta passou a ser um tipo de integração em que essas pessoas pudessem ser “ajustadas” ou “consertadas” para voltarem em alguma medida para a sociedade.

Sônia ressaltou que, depois de todo esse histórico, o Brasil teve um avanço com a Constituição de 1988 e a adoção de parâmetros e acordos internacionais sobre inclusão. “Nesse momento, a gente é ‘bombardeado’ com esse decreto que traz um retrocesso de anos ou séculos, dizendo que as pessoas com deficiência não vão poder ficar na escola pública. Se a escola considerar que a deficiência é grave, ‘aquí não pode ficar’”, afirmou, em outubro.

A nova política também é um passo atrás em termos da responsabilização do Estado para a efetivação dos direitos da pessoa com deficiência — dentre eles, o direito humano à educação, afirmou naquele momento Francine Dias, doutoranda em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (Ensp) da Fiocruz e integrante do GT de Acessibilidade e Deficiência da Abrasco. Ela explicou à Radis que historicamente houve a emergência de um grande número de instituições no âmbito do Terceiro Setor encarregadas de oferecer “educação especial” para pessoas com deficiências — as chamadas “escolas especiais” —, justamente porque o Estado nunca assumiu plenamente sua responsabilidade. “Quando a gente critica essa política, dizendo que ela é um retrocesso, a gente não está jogando a nossa história no lixo no sentido de falar ‘essas instituições não prestam mais’. O que a gente está querendo dizer é que foi um longo caminho, inclusive para que elas fossem financiadas com dinheiro público, porque, durante muitos anos, não foi o que aconteceu. Eram associações de amigos e familiares, como a maioria, inclusive, é intitulada”, aponta.

A pesquisadora destacou um aspecto presente na política, segundo o qual a escola especial seria “para aquele aluno que não se beneficia da inclusão”. “Ela não diz em nenhum momento quem é o aluno que não se beneficia da inclusão e porque não se beneficia”, analisa. Francine também se refere ao conceito de capacitismo, que é a discriminação contra as pessoas com deficiência. “É uma política capacitista, pois parte do princípio de que uma pessoa com determinadas características, com aquele corpo, não é capaz de estar naquele espaço e se beneficiar dele e que ela também não tem nada a agregar para aquele espaço”, criticou.



ESCOLA, ESPAÇO DE INCLUSÃO

Para Cristiane Zamari, advogada e conselheira do Movimento Down, a tentativa de mudança na política violava os direitos humanos das pessoas com deficiência a partir do momento em que classificava algumas deficiências como uma forma de não se adaptarem e de não conseguirem estar incluídas no ensino regular, falando especificamente da educação. “A educação no Brasil deve ser inclusiva por lei”, afirma. Ela explica que está previsto na legislação que as escolas especiais não podem mais ser a única forma de escolarização dos alunos com deficiência, porque ali não existe a possibilidade dessas pessoas terem um diploma, como em uma escola regular, já que isso não é legalizado pelo Ministério da Educação (MEC). “Hoje, a gente sabe que as escolas especiais podem, sim, ainda servir como subvenção ao município e ao estado, para que sejam, de forma complementar ou suplementar, ofertadas aos alunos que realmente ainda tenham necessidade ou tenham que fazer uso da escolarização especial no contraturno do ensino regular”.

Antes de ser suspenso, a advogada já alertava para mudanças geradas pela medida. “A gente já vê muitas notícias de escolas regulares que estão se utilizando desse decreto para fazer uma renegociação daqueles alunos que estavam ali incluídos e já impor alguns critérios para que eles permaneçam naquelas instituições de ensino regular”, relatou. Ela também citou casos de pais que estavam sendo convocados para reuniões particulares — “para que eles já entendam que agora as escolas têm uma desculpa, uma escusa, para negar a matrícula, alegando que aquele ambiente não é o mais favorável para aquele aluno”, criticou.

Um dos argumentos de quem defende as escolas especiais é o de que os profissionais não são capacitados para atender as crianças com necessidades específicas. Mas para Vivi Reis, educadora, escritora e conselheira do Movimento Down, não há tempo para esperar que todos se capacitem para só depois começar a incluir. Segundo ela, é preciso capacitar conforme se inclui. “Nós temos uma média de 30 anos de

educação especial, talvez um pouco mais. Então nós temos profissionais que realmente trabalham com educação especial há muitos anos. A gente não precisa descartar todos esses saberes e aprendizados e começar do zero, a gente já tem um processo aí”, defende.

Ela explicou à Radis que as escolas e classes especializadas que o decreto cita são as instituições que já existem, mas que a inclusão depende da diversidade. “Elas já existem, elas fazem um trabalho bacana no contraturno, porém elas não devem substituir a escola. A escola é um espaço de todos, de convivência e construção plural. A gente não tem como falar em inclusão, entender como cada um vive e compreender a diversidade humana se não estando juntos”, reflete.

Para Viviane, o decreto 10.502 flexibiliza o direito da pessoa com deficiência a frequentar a escola comum porque traz a perspectiva de que a família poderia escolher entre a escola regular, a escola especializada ou a escola bilíngue para surdos. “Porém, é uma ilusão, porque não existe escolha. Nunca houve um real investimento na inclusão”, avalia.

Ela lembrou ainda que a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) reforçou o direito da criança de estar em uma escola regular e inclusiva; por isso, a perspectiva sobre educação precisa sempre partir do pressuposto do “todos juntos”. “Ela precisa partir do pressuposto de que todas as crianças têm capacidade e habilidades para aprender. E usar de todos os recursos e ferramentas para que o desenvolvimento aconteça, no potencial de cada criança. Ele é individual, não tem que haver comparação”, assinala.

Segundo a educadora, ao ver as necessidades da criança e percebendo se ela precisa de um atendimento ainda mais especializado, pode ser feita uma construção multidisciplinar de entendimentos sobre estas necessidades. “Mas não como está no decreto, partindo das crianças com deficiência estarem em escola especializada; e sim, partir de que todas devem estar na inclusão e, só então, a gente pode ter esse olhar individual sobre o atendimento”, ressalta.



QUEM VIVE A INCLUSÃO

A inclusão fez parte da vida de Rafael Oliveira Souza, de 29 anos, desde o ensino fundamental. Nascido em Bicas, município da Zona da Mata de Minas Gerais, ele começou o aprendizado em uma escola de educação especial — nos moldes da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaes). Porém, alguns anos depois, ingressou em uma escola regular em que havia inclusão para alunos com síndrome de Down, como ele. “No meu tempo, ainda não era comum que alunos com deficiência frequentarem escolas regulares, não havia tanta inclusão, eu mesmo comecei minha trajetória por uma escola de educação especial”, relembra.

Ele conta que foi com muito apoio e perseverança dos pais que teve seu direito a frequentar uma escola garantido — o que, segundo ele, foi essencial para o seu desenvolvimento e aprendizado. “Sem isso, acho que eu não teria seguido adiante. Meus pais e toda minha família me ajudaram a vencer as barreiras que existiam”. Hoje, formado, ele trabalha na mesma escola em que estudou durante 10 anos de sua vida. “Trabalhar com educação é um desafio constante porque temos que ter muito diálogo com os alunos, estimular o respeito e a convivência”, reflete.

Ele ainda tem lembranças felizes de seus tempos de escola. “Para mim, não havia muita diferença entre os meus colegas e eu: me sentia incluído na turma e muito feliz. Fiz grandes amizades que levo pela vida toda. Todos os professores e também a equipe da direção gostavam de mim, tanto que fui convidado depois a trabalhar na mesma escola.” Uma memória marcante foi tocar na fanfarrinha da escola, junto com dezenas de outros estudantes que se apresentavam, no dia 7 de setembro, pelas ruas da cidade de pouco mais de 13 mil habitantes. A ligação com a música permanece até hoje. “Sempre gostei muito de música e de participar das atividades recreativas da escola, como as apresentações culturais”, lembra.

A educação, para ele, é “a base de tudo” e seu caminho foi “uma vitória e grande conquista”. “Por isso, sou contra o



Rafael Oliveira de Souza viveu a inclusão durante sua formação.

FOTO: ACERVO PESSOAL

decreto 10.502, que volta com as escolas especiais”, contou à Radis. Ele acredita que pessoas com síndrome de Down, como ele, têm o mesmo direito de qualquer criança e adolescente de se desenvolver e ter seu aprendizado.

Ele sabe que sua trajetória foi um exemplo para outras pessoas, já que depois dele outros alunos com síndrome de Down, autismo e outras deficiências passaram a frequentar as escolas regulares de sua cidade. “Isso tem sido muito bom para elas, por causa do aprendizado, e também para os pais, alunos e professores, que convivem com a inclusão e aprendem a respeitar as diferenças”, ressalta.

“Chegar ao ensino médio para mim foi uma vitória e conquistar meu diploma me deixou muito feliz. Na formatura, fui convidado a fazer um discurso, em que falei sobre o carinho que tinha pelos professores e colegas, e eles por mim. Pra mim foi muito gratificante”, relata. Feliz e já formado, graças também ao apoio de professores e colegas, ele tem o sonho de fazer um curso na área de audiovisual, por conta do gosto em trabalhar com vídeos. “Quando me formei, ganhei uma câmera que me permitiu gravar alguns momentos de confraternização da minha família”.

CONSTRUÇÃO DO COMUM

Cristiane ressalta a importância da acessibilidade atitudinal, segundo ela, “a mãe das acessibilidades” e que foi a que começou a mudar paradigmas. “É aquela que rompe as barreiras do preconceito e do medo do preconceito, de lidar com pessoas com aprendizagem diferente e faz a gente perceber que todos os alunos vão precisar de um plano educacional individualizado e de um atendimento específico, e que nós somos plurais, somos diversos, pois somos seres humanos”, explica. Para ela, falta uma visão governamental sobre os direitos humanos para que os paradigmas sejam mudados. “Enquanto a gente não tiver esse paradigma vindo de cima, dando subsídios e orçamento para que isso aconteça, a gente vai ver ainda muitos casos de insucesso por conta do preconceito”, reflete.

Vivi ressalta que a inclusão gera benefícios a todas as pessoas, inclusive professores e gestores, possibilitando, por exemplo, o aprendizado de novas formas de “ensinagem”. Ela também ressalta outros benefícios. “Quanto mais as crianças estiverem juntas em sua sala de aula, mais essa criança vai ensinar para a família dela o quanto é importante a convivência com o amigo, e aí ela está levando para o adulto também toda a consciência sobre a diversidade e sobre a importância do respeito”, pontua.

Já Martha assinala que as práticas inclusivas passam por todo um sistema que precisa de investimentos, incluindo capacitação dos professores e mudanças arquitetônicas, mas



FOTO: DIVULGAÇÃO

Decreto gerou debate sobre o direito à inclusão de crianças com deficiência nas salas de aula brasileiras

não só isso. “É também a gente acreditar em um movimento que deva se dar em termos das mentalidades. Eu desejo que esteja junto comigo alguém cujo corpo é muito diferente do esperado? Quando essa pessoa está comigo, eu aprendo com ela e aprende-se nessa relação. O que está em questão é exatamente isso”, reflete. Para ela, o que está em jogo é a construção do comum. “O que vai ser comum a todos nós? O comum a todos nós vai ser a construção da diferença e o desejo dela ou o comum vai ser manter as hierarquias entre as pessoas, as classes e os corpos, suas diferenças de cor e também a característica que diz respeito à deficiência”, questiona. **R**

■ *Estágio supervisionado





INGREDIENTE: EMPATIA

Sete receitas, sete histórias de vida. Para marcar os 70 anos de existência, a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR) lançou “Prato do mundo”, um e-book gratuito contendo receitas de doces e salgados elaboradas por pessoas refugiadas da Colômbia, Síria e Venezuela. A culinária tem sido um dos pilares de inserção no mercado de trabalho da população refugiada, e o lançamento do livro virtual é uma homenagem para enaltecer a história de superação dessas pessoas que hoje reconstróem suas vidas no Brasil com um ingrediente comum: a empatia. O e-book está disponível em www.pratodomundo.com.



INFORMAÇÃO PARA AÇÃO

Um panorama sobre as ações globais para o enfrentamento da pandemia, reunindo as análises produzidas pelo Centro de Relações Internacionais da Fiocruz (Cris) sobre as respostas do multilateralismo ao novo coronavírus, o e-book

“Diplomacia da saúde e covid-19: reflexões a meio caminho”, organizada por Paulo Marchiori Buss e Luiz Eduardo Fonseca, coordenadores do Cris/Fiocruz, é a primeira publicação da série “Informação para ação na covid-19”, lançada pelo Observatório Covid-19 Fiocruz e a Editora Fiocruz, em dezembro. Ações de órgãos e agências internacionais, como a OMS, a ONU e a OCDE, além de iniciativas multilaterais, como G20 e países do BRICS, são descritas e examinadas ao longo da obra. O e-book pode ser acessado em <http://books.scielo.org/id/hdyfg>

ATENÇÃO BILÍNGUE

Uma força-tarefa que reúne tradutores e intérpretes da UFSCar desenvolveu vídeos didáticos e contação de histórias em Libras, para que as crianças surdas mantenham o desenvolvimento da língua por meio de conteúdos recreativos durante o período de isolamento social. Os vídeos do projeto #CasaLibras estão disponíveis na página do curso em tradução e interpretação em Libras/ Língua Portuguesa da UFSCar no YouTube: <https://bit.ly/2Wp0C66>



TRAÇOS DA QUEBRADA

Seis histórias de vida cuja palavra-chave é “oportunidade”. Esta é a tônica da série de histórias em quadrinhos “Narrativas periféricas” (Editora Mino), que reúne obras escritas por seis autores moradores das periferias da cidade de São Paulo. As obras são resultado de um projeto gerado durante a Perifacon – a Comic Con das favelas”, evento que reuniu mais de quatro mil pessoas de comunidades interessadas em HQs em São Paulo, em abril de 2019. Entre os títulos lançados estão “Thomas – La vie en rose”, de Arthur Pigs, “Pomo”, de Eryk Souza, “Crianças selvagens”, de Gabú Brito, “Shin”, de Isaac Santos, “Quando a música acabar”, de Isaque Sagara, e “Para todos os tipos de vermes”, de Kione Ayo. Em comum, as HQs trazem vivências dos quadrinistas, retratadas em histórias que vão da ficção científica à poesia, da sexualidade e as DSTs aos estereótipos de quem vive na periferia. Saiba mais: www.editoramino.com



JORNALISMO E PANDEMIA

A pandemia do novo coronavírus impactou todas as formas de trabalho, inclusive o jornalismo. Em “Jornalismo em tempos da pandemia do novo coronavírus” (RIA Editorial), organizado por Hebe Gonçalves de Oliveira, Sergio Gadini

e Denis Renó, os autores examinam estes impactos, apresentam novas perspectivas profissionais e problematizam o papel do jornalismo como mediador da pandemia, refletindo ainda sobre as responsabilidades de professores, pesquisadores e profissionais de jornalismo. O e-book pode ser acessado em <https://bit.ly/2RLI7aR>.

A LAMA DA IMPUNIDADE

MAÍRA MATHIAS

“Passou, matou e nada se fez. O Brasil é complicado”. Todo início de novembro constato com tristeza que essa avaliação continua atual. Ela foi compartilhada comigo em uma tarde nublada por Andrea Krenak, enquanto olhávamos as águas poluídas do Watu — ou simplesmente rio Doce. Seis meses antes, um tsunami de lama tóxica tinha passado por ali e não havia nenhum sinal de reparação à vista. Cinco anos depois do rompimento da barragem de Fundão, a sensação de injustiça é ainda pior.

Cheguei à Mariana (MG) dez dias depois do colapso da estrutura que guardava mais ou menos 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos do minério de ferro explorado pela Samarco — e, de tabela, pelas donas dessa empresa que vinham a ser as duas maiores mineradoras do mundo: Vale e BHP Billiton. Como repórter, minha tarefa era ir ao maior número de locais possível (muitos estavam bloqueados não pelo Estado, mas pela própria Samarco) conversar com pessoas atingidas por um crime socioambiental que ainda se desenvolvia: a lama só chegaria à foz do Doce no dia 21 de novembro, e ao arquipélago de Abrolhos em janeiro.

Lembro até hoje de caminhar pelas trilhas abertas por tratores em uma das comunidades devastadas, Paracatu de Baixo, onde das casas só dava para ver o telhado. E da história de dona Carmem que, em um minuto, estava em casa preparando um pudim e, no seguinte, precisou testemunhar a lama engolindo seus vizinhos ao mesmo tempo em que corria para salvar a própria vida.

O cenário era de fim de mundo, mas a percepção era de que a mineração havia chegado a uma espécie de limite no Brasil. Afinal, aquilo era grande demais para ser varrido para debaixo do tapete. Ledo engano.

Seis meses depois, quando fui enviada pela revista Poli para percorrer o caminho inverso, indo da foz do rio, em Regência (ES), até Governador Valadares (MG), já dava para perceber que o poder econômico tinha recalculado a rota de atuação do Executivo, que decidira seguir a via da reacomodação de interesses.

Ao invés de seguirem com a ação civil pública contra as três mineradoras, os governos estaduais e federal

concordaram rapidamente com um acordo extrajudicial que criou a Fundação Renova que passaria a gerir e executar todas as medidas de compensação, mitigação e recuperação dos danos — e seria controlada pelas próprias empresas que provocaram esses danos. Os atingidos não foram ouvidos nas negociações e, ao fim, lhes foi relegado o papel de opinar sobre as ações da fundação, nunca decidir.

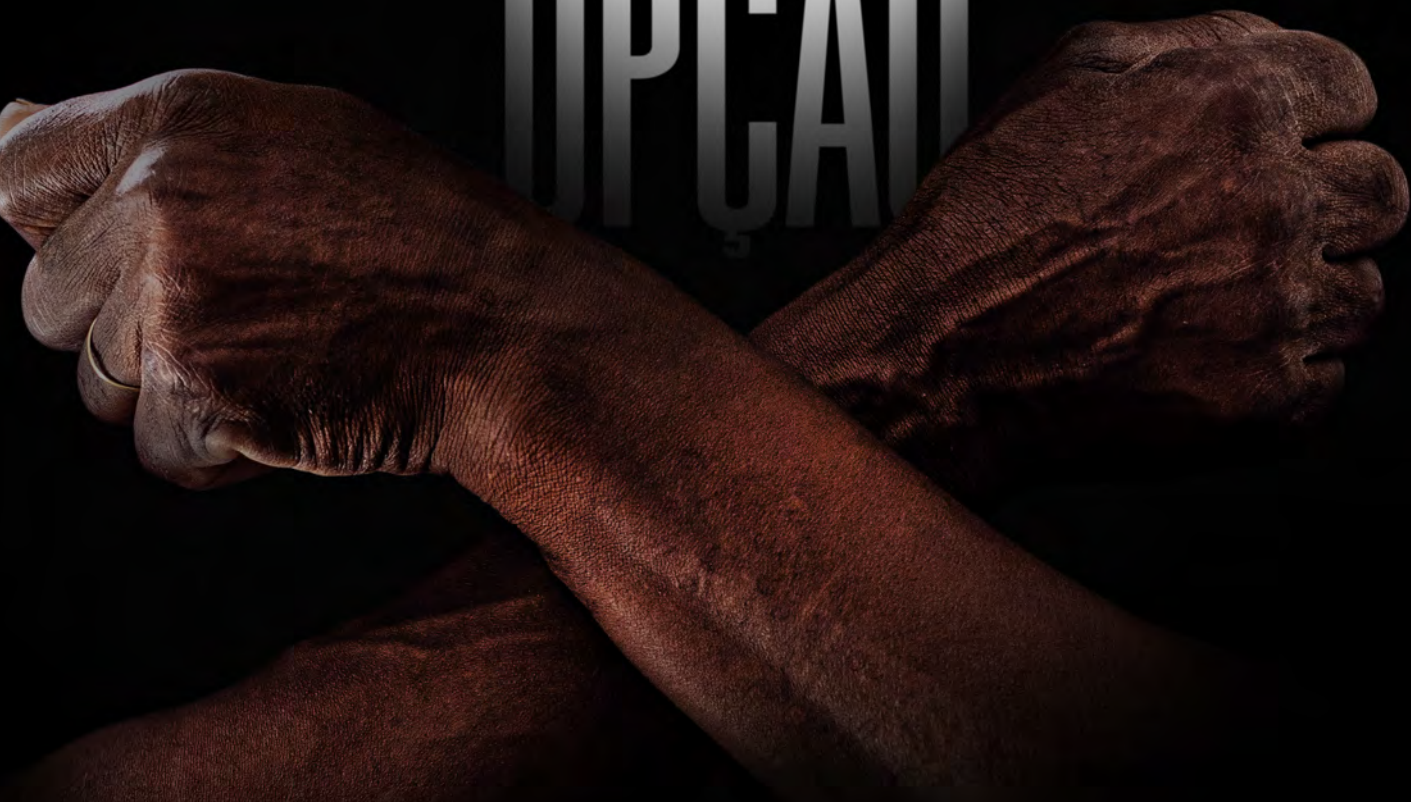
Por tudo isso, não causa espanto que, cinco anos depois do rompimento da barragem, os prazos de entrega das obras que recriarão os três distritos arrasados pela lama sejam sucessivamente adiados, deixando 342 famílias em uma situação de improviso quase eterno. Não admira que chegue ao conhecimento dos atingidos de maneira casual a informação de que suas casas podem ser entregues só em 2024 — e que esses lotes estejam registrados não no nome deles, mas no da Fundação. Tampouco há sobressaltos quando chegam pela imprensa informações de que populações inteiras seguem sem ter os impactos sobre sua saúde monitorados e que comunidades sigam lutando para serem reconhecidas como atingidas.

Afinal, até hoje nenhum executivo da Samarco nem das suas controladoras foi punido. Pelo contrário: das 22 pessoas denunciadas criminalmente pelo Ministério Público Federal (MPF) em 2016, apenas cinco ainda estão arroladas no processo das 19 mortes, que foram enquadradas não como homicídios, mas “crimes de inundação qualificada” — o que impede que os acusados vão a júri popular.

A busca de justiça lá fora também foi travada quando, em novembro de 2020, um juiz negou o prosseguimento de uma ação coletiva, que tramitava na Inglaterra, movida em nome de 200 mil vítimas contra a BHP Billiton. Ele caracterizou o processo como um “elefante branco”. Queria dizer que o Brasil que se vire. Não há simbolismo maior sobre o papel que ocupamos no capitalismo. Os crimes ambientais, que de lá para cá se avolumaram numa sequência que não fica devendo a nenhuma distopia, são meras externalidades.

■ * Editora do Outra Saúde

SILÊNCIO NÃO É OPÇÃO



Não há desenvolvimento com exclusão, não há saúde com discriminação. Reconhecer o racismo e combatê-lo é essencial para superar desigualdades estruturais e fortalecer a democracia

R RADIS

#NossoLadoÉoSUS